UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Clarisse Coutinho Ribeiro

A NOVA ORDENAÇÃO TERRITORIAL DAS FINANÇAS NO BRASIL

São Paulo

2010

CLARISSE COUTINHO RIBEIRO

A NOVA ORDENAÇÃO TERRITORIAL DAS FINANÇAS NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Orientador:
Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa

São Paulo
2010

DEDICATÓRIA

À minha mãe e ao Stefan

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ao Prof. Wanderley Messias da Costa, pela oportunidade, confiança, apoio e incentivo em todos os momentos.

À Prof^a. Mónica Arroyo, pelos ensinamentos, pelas primorosas contribuições, as quais foram fundamentais para a conclusão deste trabalho, pelo carinho e atenção em todo o percurso do mestrado.

Ao Prof. Fábio Contel, pelas contribuições e sugestões a este trabalho.

À todos os meus professores da Pós-graduação: Maria Laura Silveira, Antonio Carlos Robert Moraes, José Álvaro Moiseis, Leda Paulani e Miriam Krasilchik.

Ao querido amigo Julio Hato, por ter ensinado-me cartografia, pela paciência, atenção e sincera amizade.

Ao amigo de todas as horas Daniel Oliveira, pelo carinho e atenção, que tornaram os estudos diários na biblioteca muito mais prazerosos.

À querida amiga Fernanda Dutra, que ajudou-me a encontrar os dados desta pesquisa e pela longa e sincera amizade.

Aos amigos queridos Pablo Ibanez e Fabíola Lanna, pela enorme ajuda na qualificação, pela grande amizade, tendo tornado os meus dias em São Paulo mais alegres.

Aos amigos Ilan Lapyda, Andrei Cornetta e Fernando Soares, pelos debates que muito contribuíram para a realização deste trabalho.

À todos os amigos e professores do Laboratório de Geografia Política, em especial a Clenes, Gilberto e David Ramirez, que compartilharam comigo os momentos finais e mais difíceis da elaboração deste trabalho, pelas contribuições, paciência e toda a atenção.

À todos os meus amigos do Programa de Pós-graduação de Geografia Humana, com os quais muito aprendi.

À Marcia e a Marinalva, por serem tão solícitas e atenciosas .

Aos funcionários do Departamento de Geografia, em especial a Ana, Jurema e Firmino, por toda atenção e carinho que sempre tiveram comigo.

Aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, por toda atenção.

Aos queridos amigos Tiago, Daiana, Vanessa, Renata e Rosane, pelo acolhimento e sincera amizade.

Aos amigos Ives, Renato e Marcelo Cicconet, pelo companheirismo e incentivo.

Ao querido amigo Rafael Duarte, pela atenção e carinho.

Às minhas grandes amigas Fraya e Dayse, por toda a amizade.

Ao Getúlio e a Ângela, por terem participado de todas as etapas deste percurso com muito carinho.

À querida Maria Luiza e avó Odilla, que sempre ajudaram e apoiaram-me, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus tios Lourdes e Melo, pelo amor, carinho e força em todos os momentos.

Às minhas queridas irmãs Camila e Lygia, por mesmo que de longe estarem sempre presentes, que deram-me forças para superar os dias mais difíceis.

Ao meu querido Stefan, a quem dedico este trabalho.

À minha querida mãe, a quem dedico este trabalho.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo pela bolsa de mestrado concedida para a realização desta pesquisa.

Agradeço sinceramente a todos aqui citados e aos que por um lapso de memória não foram mencionados, que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho, o meu muito obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa aborda a relação entre território e finanças. O objetivo é analisar a nova ordenação territorial das finanças no Brasil, entre 1996 e 2006, como esta ocorreu, quais foram os seus principais fatores de formação e suas consequências. A metodologia utilizada, pelo lado teórico, baseia-se na abordagem do David Harvey sobre os ajustes temporal e espacial, e ordenação espaço-temporal e na teoria Pós-keynesiana sobre finanças regionais. Pelo lado empírico, utiliza-se análises estatísticas do índice de concentração Herfindahl-Hirschman (IHH) e taxas de crescimento acumulado, bem como a análise de cartografia temática digital. A pesquisa mostrou que a nova ordenação territorial das finanças ocorreu sobretudo devido ao grande crescimento e expansão territorial das atividades de intermediação financeira. Sendo assim, os seus principais fatores de formação foram: a abertura financeira da década de 1990, a reestruturação do sistema bancário nacional, estabilidade da moeda, o aumento da demanda financeira regional de baixo volume e o avanço do meio técnico-científico-informacional. As principais consequências foram: a mudança na estrutura de composição do Sistema Financeiro Nacional, que passou a ter a atividade de intermediação financeira como principal atividade financeira do país e apesar da redução da concentração das finanças, esta não descentralizou as mesmas, como também não implicou na redução da concentração econômica do Brasil.

Palavras chaves: Território, Finanças, Ordenação Territorial, Ajuste Temporal, Ajuste Territorial

ABSTRACT

This research addresses the relationship between territory and finances. The objective is to analyze the new territorial configuration of finance in Brazil between 1996 and 2006, in particular, how it occurred, what were its main factors of formation and what were its consequences. The methodology, on the theoretical side, is based on the approach of David Harvey on the temporal and spatial adjustments, and space-time configuration, as well as post-Keynesian theory on regional finances. On the empirical side, it uses statistical analysis of the Herfindahl-Hirschman concentration Index (HHI) and aggregate growth rates, as well as the analysis of digital thematic cartography. The research showed that the new territorial organization of finance was largely due to strong growth and territorial expansion of the activities of financial intermediation. Therefore, its principle factors of formation were: the financial opening of the 1990s, the restructuring of the national banking system, monetary stability, increase of low-volume regional financial demand and the advancement of technical, scientific and informational means. The main consequences were: a change in the structure of the composition of the National Financial System, which now has the role of financial intermediation as the main financial activity of the country. Despite the lower concentration of finance, this development did not lead to a decentralization of finance, nor did it imply a reduction of the economic concentration in Brazil.

Keywords: Territory, Finance, Territorial Configuration, Temporal Adjustment, Territorial Adjustment

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Banese: Banco de Sergipe

Banestes: Banco do Estado do Espírito Santo

Banpará: Banco do Estado do Pará

Banrisul: Banco do Estado do Rio Grande do Sul

BC: Banco Central

BE's: Bancos Estaduais

Bep: Banco do Estado do Piauí

Besc: Banco do Estado de Santa Catarina

BM&F-BOVESPA: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

BM&F: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BOVESPA: Bolsa de Valores de São Paulo

BVRJ: Bolsa de Valores do Rio de Janeiro

CDB: Crédito de Depósito Bancário

CVM: Comissão de Valores Mobiliários

FMI: Fundo Monetário Internacional

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICS: Informação Complexa Sofisticada

IHH: Índice Herfindahl-Hirschman

ISP: Informação Simples Padronizada

NEAFT: Número de Empresas Financeiras Totais

NEAX: Número de Empresas Financeiras Auxiliares

NEIF: Número de Empresas de Intermediação Financeira

NESP: Número de Empresas de Seguros e Previdência

PIBpm: Produto Interno Bruto a preço de mercado

PROER: Programa ao Estimulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

PROES: Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária

SFN: Sistema Financeiro Nacional

SNA: System National Accounts

SUFRAMA: Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUSEP: Superintendência Nacional de Seguros e Previdência

TCI: Técnico-científico-informacional

UF: Unidade Federativa

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: AJUSTE TEMPORAL NO BRASIL: CRESCIMENTO DO NÚMERO DE EMPRESAS FINANCEIRAS TOTAIS (NEAFT) X CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO DE MERCADO (PIBPM) – 1997 A 2006, ANO BASE: 1996	59
GRÁFICO 2: AJUSTE TERRITORIAL DAS FINANÇAS NO BRASIL: VARIAÇÃO DO IHH DO NÚMERO DE EMPRESAS DE ATIVIDADES FINANCEIRAS TOTAIS X VARIAÇÃO DO IHH DO PIBPM – 1996 A 2006.....	64
GRÁFICO 3: TAXA DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE EMPRESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA – ANO BASE 1996	66
GRÁFICO 4: VARIAÇÃO DO IHH DAS EMPRESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA – 1996 A 2006.....	69
GRÁFICO 5: TAXA DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE EMPRESAS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA – ANO BASE 1996	70
GRÁFICO 6: VARIAÇÃO DO IHH DAS EMPRESAS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA – 1996 A 2006.....	74
GRÁFICO 7: TAXA DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE EMPRESAS FINANCEIRAS AUXILIARES – ANO BASE 1996.....	75
GRÁFICO 8: VARIAÇÃO DO IHH DAS EMPRESAS FINANCEIRAS AUXILIARES - 1996 A 2006	77
GRÁFICO 9: ESTRUTURA DE COMPOSIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL EM 1996	80
GRÁFICO 10: VARIAÇÃO DA ESTRUTURA DE COMPOSIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – 1996 A 2006	81
GRÁFICO 11: ESTRUTURA DE COMPOSIÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL EM 2006	82
GRÁFICO 12: COMPARAÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DAS TRÊS ATIVIDADES FINANCEIRAS	83
GRÁFICO 13: COMPARAÇÃO DO IHH DAS TRÊS ATIVIDADES FINANCEIRAS	84

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: CONCENTRAÇÃO X CRESCIMENTO NO BRASIL: NÚMERO DE EMPRESAS DE ATIVIDADES FINANCEIRAS TOTAIS (NEAFT) E PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO DE MERCADO (PIBPM) – POR UNIDADE FEDERATIVA	57
FIGURA 2: CONCENTRAÇÃO NO BRASIL: NÚMERO DE EMPRESAS DE ATIVIDADES FINANCEIRAS TOTAIS (NEAFT) E PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO DE MERCADO (PIBPM) – POR UNIDADE FEDERATIVA	61
FIGURA 3: CONCENTRAÇÃO X CRESCIMENTO NO BRASIL: NÚMERO DE EMPRESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (NEIF) – POR UNIDADE FEDERATIVA	68
FIGURA 4: CONCENTRAÇÃO X CRESCIMENTO NO BRASIL: NÚMERO DE EMPRESAS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (NESP) – POR UNIDADE FEDERATIVA	73
FIGURA 5: CONCENTRAÇÃO X CRESCIMENTO NO BRASIL: NÚMERO DE EMPRESAS DE ATIVIDADES FINANCEIRAS AUXILIARES (NEAX) – POR UNIDADE FEDERATIVA	78
FIGURA 6: A NOVA ORDENAÇÃO TERRITORIAL DAS FINANÇAS NO BRASIL – POR UNIDADE FEDERATIVA	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: TERRITÓRIO E FINANÇAS: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE AJUSTE TEMPORAL INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO	17
1.1 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: UMA BREVE ANÁLISE.....	17
1.2 ALGUNS FUNDAMENTOS DA EXPANSÃO TERRITORIAL CAPITALISTA.....	19
1.3 O CAPITAL FINANCEIRO E SUAS CONTRADIÇÕES	20
1.4 OS AJUSTES TEMPORAL E TERRITORIAL NA TEORIA DA CRISE DO CAPITAL DE DAVID HARVEY.....	22
1.5 A ORDENAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL.....	25
1.6 O PROCESSO DE AJUSTE TEMPORAL INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO	26
1.6.1 O Processo de Ajuste Temporal na América Latina.....	28
CAPÍTULO 2: AS BASES DO AJUSTE TEMPORAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	30
2.1 OS PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA E A ABERTURA FINANCEIRA NO BRASIL	30
2.2 A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: A NECESSIDADE DA ESTABILIDADE DA MOEDA	32
2.3 A NECESSIDADE DE UMA MOEDA ESTÁVEL: O PLANO REAL	34
2.4 A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO PROER E DO PROES	37
2.4.1 PROER – Programa de Estimulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional	37
2.4.2 PROES – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.....	39
CAPÍTULO 3: OS AJUSTES TEMPORAL E TERRITORIAL REGIONAIS: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE	43
3.1 FINANÇAS REGIONAIS: UMA ABORDAGEM PÓS-KEYNESIANA.....	43
3.2 DEMANDA E OFERTA FINANCEIRA REGIONAL	44
3.3 A PROXIMIDADE ENTRE DEMANDA E OFERTA FINANCEIRA	45
3.4 MEDIAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAIS E O CUSTO DE TRANSMISSÃO.....	46
3.5 METODOLOGIA EMPÍRICA	48
3.5.1 Descrição dos dados: A Composição e Abrangência das Atividades Financeiras no Brasil	48
3.5.2 Análise Estatística	51
CAPÍTULO 4: OS AJUSTES TEMPORAL E TERRITORIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	55
4.1 OFERTA E DEMANDA FINANCEIRA NO BRASIL.....	55
4.2 O AJUSTE TEMPORAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	56
4.3 AJUSTE TERRITORIAL DAS FINANÇAS NO BRASIL.....	59
CAPÍTULO 5: A NOVA ORDENAÇÃO TERRITORIAL DAS FINANÇAS NO BRASIL	65
5.1 A ORDENAÇÃO TERRITORIAL DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS NO BRASIL.....	65
5.1.1 Atividades de Intermediação Financeira	66
5.1.2 Atividades de Seguros e Previdência	70
5.1.3 Atividades Financeiras Auxiliares	74
5.2 A NOVA ORDENAÇÃO TERRITORIAL DAS FINANÇAS NO BRASIL	79

CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
ANEXO 1	97
ANEXO 2	98

Esta pesquisa aborda a relação entre território e finanças. Um dos principais autores que analisou essa relação foi o geógrafo inglês David Harvey, através da estudo sobre a crise sistêmica do capitalismo. Em sua abordagem teórica identifica duas aparentes soluções do capital para a sua crise, que são os chamados ajuste temporal, que é a intensificação das finanças na economia, e o ajuste territorial, que corresponde a busca de novos territórios para a expansão das finanças e da produção material. De acordo com Harvey (2003), a combinação desses dois ajustes levaram a ordenação espaço-temporal, a qual altera a configuração geográfica dos lugares.

A estrutura teórica do David Harvey é o principal norteador da presente pesquisa. Esta tem como objetivo central analisar quais foram os principais fatores de formação e conseqüências da nova ordenação territorial das finanças no Brasil, entre 1996 e 2006. Contudo, a estrutura teórica do Harvey trata dos ajustes temporal e territorial dentro do sistema capitalista em geral. Assim, não faz parte da sua abordagem a análise de como esses ajustes ocorrem regionalmente. Isso que procuramos fazer neste trabalho, verificar como os ajustes temporal e territorial ocorrem regionalmente, analisando a especificidade do caso brasileiro. Para tanto, em paralelo a estrutura teórica do Harvey, utilizamos a teoria Pós-keynesina, que aborda a regionalização das finanças, bem como o conceito do Milton Santos sobre o meio técnico-científico-informacional. Esses dois últimos em conjunto com a análise empírica, contribuíram para que pudéssemos analisar de forma mais detalhada como ocorriam os ajustes temporal e territorial no Brasil, que acarretou em uma nova ordenação territorial das finanças no país.

Para fazer a referida análise dividimos a pesquisa em cinco capítulos. No primeiro capítulo analisamos, de forma sucinta, como ocorreu o processo de ajuste temporal internacional contemporâneo. Para tanto, fazemos primeiramente uma breve análise do conceito de território, da expansão territorial capitalista, do capital financeiro e suas contradições, dos ajustes temporal e territorial, e da ordenação espaço-temporal. Doravante, examinamos como o ajuste temporal ocorreu internacionalmente e, em particular, como iniciou esse processo na América Latina.

Em seguida, no capítulo segundo, examinamos quais foram as bases principais que propiciaram o início do processo do ajuste temporal no Brasil contemporâneo. Assim, examinamos como ocorreu o processo de abertura financeira, a necessidade da estabilização da moeda, o Plano Real e os programas de reestruturação do sistema bancário brasileiro.

No capítulo três fazemos uma proposta de análise de como os ajustes temporal e territorial podem ser examinados em nível regional. Para tanto analisamos a abordagem Pós-keynesiana sobre finanças regionais e o conceito do Milton Santos sobre o meio técnico-científico-informacional. Assim como explicitamos a metodologia empírica, que envolve análises estatística e de cartografia temática, a ser utilizada nos capítulos seguintes. As abordagens teórica e empírica analisadas neste capítulo contribuem para a estrutura da nossa explicação de como os ajustes temporal e territorial ocorreram regionalmente no Brasil.

O quarto capítulo procuramos examinar, através de um estudo empírico e teórico discutido nos capítulos anteriores, como ocorreram os ajustes temporal e territorial no Brasil.

No capítulo quinto e último, com base nos capítulos precedentes, examinamos a ordenação de cada um dos três grandes tipos de atividades financeiras no país, através da combinação dos seus respectivos ajustes temporal e territorial. O conjunto dessas três ordenações levou

a nova ordenação territorial das finanças no Brasil. Assim, neste capítulo procuramos discutir quais foram os principais fatores de formação e consequências dessa nova ordenação territorial das finanças no Brasil.

CAPÍTULO 1: TERRITÓRIO E FINANÇAS: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE AJUSTE TEMPORAL INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo iremos analisar, de forma sucinta, como ocorreu o processo de ajuste temporal internacional contemporâneo. Para tanto, faremos primeiramente uma breve análise do conceito de território, da expansão territorial capitalista, do capital financeiro e suas contradições, dos ajustes temporal e territorial, e da ordenação espaço-temporal. Doravante, examinaremos como o ajuste temporal ocorreu internacionalmente e, em particular, como iniciou esse processo na América Latina.

1.1 Formação e Valorização do Território: uma breve análise

A sociedade relaciona-se com o seu espaço por meio da sua produção social, ou seja, da produção econômica, política e cultural. Qualquer sociedade, em qualquer período do tempo, na construção do espaço vivido, através da produção social, valoriza esse espaço. Nesse sentido, pode-se entender a relação sociedade-espaço como uma relação que ocorre porque há uma relação social. A produção social oferece dinamismo a essa relação, que é entendida como um processo de criação de valor no espaço geográfico, esse movimento deve expressar um permanente processo de formação de territórios. Assim, as relações sociais transformam o espaço geográfico, entendido como superfície terrestre, em território.

O território, em concordância com Dematteis (apud. Saquet, 2007), que compõe as estruturas materiais de socialização. Sendo o espaço geográfico o meio onde as relações sociais ocorrem, dando significados em termos territoriais. Segundo esse autor, historicamente ocorre um processo de apropriação do espaço geográfico, que pressupõe relações sociais, com seus elementos técnicos, culturais, econômicos e políticos, que no

seu conjunto produzem o território e suas interações. A sua abordagem territorial está, assim, centrada nas dimensões sociais, ou seja, na dinâmica econômica, política e cultural; e pelo reconhecimento da sua materialidade, por meio das suas formas e também das suas relações sociais, historicamente definidas, evidenciando o processo de territorialização. A formação do território, portanto, é a cristalização do resultado das relações sociais sobre um determinado espaço geográfico.

Para além do processo de formação do território há o processo de valorização. A maior quantidade e/ou intensidade de relações sociais (podendo ser: econômicas, políticas e culturais) reconhecido em um território e num dado intervalo de tempo, acarreta em um aumento de produção social. Em outras palavras, há uma maior produção social em um mesmo intervalo de tempo. Logo, o tempo social, ou seja, o tempo das relações sociais de produção, altera-se, tornando-se mais acelerado. Simultaneamente, há um processo de valorização do território, pois houve um aumento da cristalização das relações sociais nesse território. Portanto, o aumento da quantidade e/ou intensidade das relações sociais, em um intervalo de tempo e num dado território, produz tanto uma alteração do tempo social quanto uma valorização do território.

Os territórios também formam e valorizam-se pelo processo de interação com outros territórios, por meio dos fluxos de capital, mercadorias, idéias, informações. Para haver isso é necessário medidas regulatória que permitam ultrapassar as barreiras políticas territoriais que separam os territórios definidos e demarcados politicamente. A redução das barreiras territoriais é um aspecto fundamental para aumentar a velocidade de circulação do capital em diferentes territórios (Harvey, 1982). Desta forma, há uma necessidade de haver uma *porosidade territorial*, que é a qualidade dos territórios nacionais de ampliar ou aprofundar a sua vinculação com os territórios internacionais, a partir da configuração da base normativa, a fim de expandir as relações internacionais. Também há uma necessidade de *fluidez territorial*, que é a qualidade dos territórios nacionais de permitir uma aceleração crescente dos fluxos, que os estruturam, a partir da existência de uma base material (Arroyo, 2005).

Há, portanto, uma transformação na escala geográfica. Assim, com a intensificação da circulação, devido a redução das suas barreiras, implica em uma mudança na formação, valorização e organização territorial.

Nas linhas que seguiram-se procuramos apresentar, resumidamente, os principais aspectos do processo de formação e valorização do território. Na próxima seção veremos a mudança do papel do território quanto uma forma de poder social através da emergência do sistema capitalista.

1.2 Alguns Fundamentos da Expansão Territorial Capitalista

A expansão territorial era o objetivo central do mercantilismo, modo de produção que antecedeu o capitalismo. Essa expansão era feita através da sua apropriação e dominação física dos territórios. Com isso, garantia a ampliação e a privatização de riquezas. Portanto, a conquista territorial era central para manter e aumentar a amplitude do poder mercantilista. Ao contrário, sob o modo de produção capitalista, a importância do território é outra. O domínio territorial, no sentido físico, não é mais o principal elemento para a manutenção e expansão do poder de dominação. Não interessa a esse modo de produção a acumulação do território, mas sim a acumulação do capital.

A relação entre territorialismo e capitalismo é muito bem analisada na obra de Arrighi (1996). De acordo com este autor, ao longo do desenvolvimento da produção social, houve uma transformação da economia mundial, *que passa de um sistema de acumulação inserido e subordinado ao sistema de poder, para um sistema de poder inserido e subordinado ao sistema de acumulação*. Em outras palavras, o capital passou a dominar o poder político e transformou-se no principal norteador da organização social. Segundo a sua teoria, essa transformação ocorreu a partir da expansão financeira, que para ele é a principal expressão de uma unidade da história capitalista, da Idade Média aos dias contemporâneos.

Segundo Arrighi (1996), a contribuição mais decisiva e duradoura para o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial encontra-se na esfera das altas finanças, durante o Renascimento italiano do final do século XIV e início do século XV, que é o período do seu surgimento. Sob um contexto de impacto na intensificação da concorrência interestatal pelo capital circulante, que tinha sua sede em cidades-Estados seletas, como Florença, a sua orientação e estrutura eram “cosmopolitas-imperialistas”, ou seja, caracterizadas por regimes “extensivos”, responsáveis pela maior parte da expansão geográfica da economia mundial. Como todas as demais expansões financeiras que seguiram-se, a alienação do Estado aos interesses monetários ocorreu através de uma transferência do capital sobreacumulado, que não conseguia mais reinvestir seus lucros no comércio, para o financiamento das atividades bélicas sob controle do Estado. Portanto, a geopolítica (no sentido mais *hard core*) e as finanças caminharam *pari passu* na transformação da economia mundial, em uma estreita relação entre territorialismo e capitalismo. A chave da inter-relação entre o capitalismo e o territorialismo, a partir da expansão financeira, é a expansão territorial do capital. Essa expansão é discutida nas obras do David Harvey (1982, 2003, 2005), sob uma perspectiva geográfica, que veremos em seções posteriores. Para podermos analisar essa expansão antes disso iremos discutir sobre o capital financeiro e suas contradições.

1.3 O Capital Financeiro e Suas Contradições

O capital financeiro corresponde a etapa mais avançada de reprodução capitalista, reprodução de capital a um baixo custo em um intervalo mínimo de tempo, sem mediações materiais aparente. Um dos primeiros economistas a sistematizar os estudos sobre capital financeiro foi Hobson (1906), afirmava que o capitalismo moderno tende a lançar maiores poderes no mecanismo monetário nas sociedades industriais, ou seja, atribui maior poder de controle aos financistas. Capital financeiro, de acordo com Hilferding (1910) e Lenin (1916), corresponde a unificação do capital industrial, comercial e bancário, que são dependentes

entre si e tem dominância dos financeiros sob os industriais. Essa unidade é funcional, que domina o processo de acumulação e divide o mundo em regiões de subordinação ao poder desse capital financeiro. O poder de assegurar essa unificação vem do Estado, o que faz mudar a relação do poder capitalista com o poder estatal. As principais manifestações institucionais desta unificação são: a criação de monopólios, consórcios, convênios para fixar preços operações da bolsa de valores. Desta forma, o Estado, para Hilferding (1910), converte-se em um agente do capital financeiro, sendo este hegemônico e controlador, configurando um capitalismo monopolista em geral.

Hilferding (1910), constrói uma “teoria financeira dos fenômenos monetários”, com base na circulação de capital. Para esse autor, os fenômenos monetários são apenas órgãos das finanças capitalistas, completamente sob o controle do capital financeiro. Marx (1857), tinha construindo uma “teoria monetária das finanças”, a partir da análise da teoria do dinheiro e do intercambio das mercadorias, sem se referir à circulação de capital. Para isso, identificou a contradição entre dinheiro como medida de valor e dinheiro como meio de circulação, devido a sua dupla função, para entender como intensifica-se essa contradição quando o dinheiro circula como capital. A primeira contradição é da função dinheiro como medida de valor, que é a representação material do trabalho abstrato, pois a mesma é representada pela mercadoria-dinheiro, o ouro, que é o produto de um processo de trabalho concreto. A circulação de capital faz com que essa contradição do dinheiro como medida de valor se “naturalize”, torna-se aparentemente imperceptível e, assim, possível a circulação do dinheiro. A outra contradição está presente na função dinheiro como meio de circulação, pois procura desvincular-se da sua função medida de valor, para que possa circular sem essa barreira, impulsionando a criação do crédito. Ambas as contradições, presentes na dupla função do dinheiro que Marx (1857) diz ser as contradições internas entre a base monetária (como medida de valor) e o sistema financeiro (como meio de circulação). Desta forma, o capital financeiro está entrelaçado em sua própria rede de contradições internas. Portanto, a contradição central está entre o sistema financeiro (crédito) e sua base

monetária. Segundo Marx (1857), no curso de uma crise o sistema se volta necessariamente a sua “base monetária” demandando os capitais fictícios adquiridos na fase de prosperidade. Hilferding (1910), concorda com esta afirmação de Marx, porém ambos não explicam como fazer ocorre essa passagem das finanças para a chamada produção real. Isso é o que Harvey (1982) procura responder através dos chamados ajustes temporal e territorial, que veremos na seção seguinte.

1.4 Os Ajustes Temporal e Territorial na Teoria da Crise do Capital de David Harvey

A análise teórica de Harvey (1982) procura explicar porque e como as finanças tem a necessidade de retornar a sua base monetária em um processo de crise de acumulação de capital. Esta análise é feita a partir da consideração de Marx (1987) sobre a dupla função do dinheiro, que leva a contradição entre o sistema financeiro e a sua base monetária. Segundo Harvey (1982), a solução aparente encontrada pelo sistema capitalista para a crise do capital são o que esse autor denominou como o segundo e terceiro cortes da crise, ou seja, do ajuste temporal (financeiro e interno) e o ajuste territorial (material/financeiro e externo).

Harvey (1982), estrutura a sua teoria considerando que a lógica do capital gera uma unidade contraditória entre produção e intercâmbio das mercadorias. A produção de mercadorias tende a ser maior que o seu consumo. Isso ocorre devido à grande concentração do capital, fazendo com que a massa consumidora não possua recursos monetários suficientes para adquirir essas mercadorias. Há, portanto, um processo de sobreacumulação do capital, ou seja, o capital não encontra meios de realizar-se quanto capital. Essa é a primeira fase da sobreacumulação, através da unidade contraditória entre produção e intercâmbio, que é denominada por diversos autores como o primeiro corte da teoria da crise. Há uma busca de solucionar esse problema estrutural da lógica do capital por meio do intercâmbio, pela

intensificação da circulação das mercadorias, ou seja, uma solução interna do processo produtivo (produção-circulação-consumo).

Contudo, apenas a esfera da circulação não consegue solucionar o problema. Isso implica um aumento da sobreacumulação de capital em um segundo momento. A busca de solucionar, ou ao menos reduzir, esse processo dentro da lógica contraditória do capital é o que Harvey (1982) chamou de segundo corte da crise, ou de ajuste temporal do capital, através de um ajuste financeiro e monetário, para expandir a circulação de capital e estimular o consumo, por via do crédito, principalmente. O que caracteriza-se também por uma solução interna no Estado Nacional.

O ajuste temporal do capital constitui um processo de expansão do intervalo de tempo da circulação do capital, através do adiantamento do capital que tem expectativas de retornos maiores no futuro (Harvey, D. 1982, 2003, 2005). Um processo de expansão da circulação no tempo. Esse intervalo de tempo é remunerado pelos juros, que varia principalmente de acordo com o risco do negócio e pelo tempo transcorrido. Através desse mecanismo, a circulação torna-se mais longa no tempo, mas é uma circulação ainda em nível interno ao território nacional. Por isso, é no intercâmbio que Harvey (1982) identifica o chamado segundo corte da crise ou ajuste temporal do capital, por meio das dinâmicas temporais entre os ajustes financeiros e monetários. O que acarreta o aumento do poder do sistema de crédito, que tenta contrabalancear o desequilíbrio da produção. Sendo, portanto, essa a essência do capital financeiro. Portanto, o ajuste temporal do capital, através do crédito e do capital fictício são as soluções encontradas para a conversão imediata do capital sobreacumulado. Contudo, essa conversão é volátil e frágil podendo a qualquer momento converter-se numa crise.

O processo de sobreacumulação de capital não cessa com o ajuste temporal. Há, portanto, um terceiro momento desse processo, que Harvey (1982) denominou de terceiro corte da crise, ou seja, o ajuste espacial do capital, que iremos chamar aqui de ajuste territorial do

capital para que fique coerente com o conceito de território que tratamos no primeiro capítulo. O ajuste territorial caracteriza-se pelo processo de expansão da circulação do capital para novos territórios nacionais. Em outras palavras, constitui-se na busca de novos mercados econômicos e financeiros com o objetivo de encontrar um novo mercado consumidor para o capital sobreacumulado. O que caracteriza-se por uma solução externa ao Estado Nacional. Portanto, o ajuste territorial do capital é uma tentativa de solucionar ou minimizar a crise através da expansão das atividades econômicas e financeiras pelos diferentes Estados nacionais, ou seja, o ganho pela diferença, onde o ajustamento dos tempos sociais diferentes, dos diferentes desenvolvimentos econômicos é feita pelo sistema de crédito (Harvey, D. 1982, 2003, 2005). Com o ajuste territorial, as crises ficam temporariamente resolvidas, pois lucros maiores implicam aumento da necessidade de aplicação rentável desses lucros, aumentando a tendência da sobreacumulação. As soluções externas, para problemas internos, oferecem movimento as contradições, implicando uma impulsão na reprodução de capital. Assim, as contradições não paralisam a lógica do capital.

A incessante busca de realizar o capital sobreacumulado tem um objetivo claro, a tentativa de minimizar ou adiar o processo de desvalorização do capital. O jogo de oferta e demanda tem que estar em equilíbrio. Se a oferta (produção) é maior que a sua demanda (consumo), os preços das mercadorias tendem a cair, ocorrendo, portanto, o processo de desvalorização do capital. Os três cortes da teoria da crise, os dois últimos analisados especificamente por Harvey, procura uma solução, dentro da lógica do capital, para aumentar a demanda de consumo. No primeiro corte, por meio da intensificação da circulação, do intercâmbio; no segundo, através da expansão no tempo da circulação, ou seja, a intensificação das finanças na economia; e no terceiro, pela busca de novos mercados onde a circulação possa ser ampliada, isto é, a expansão territorial. Portanto, são por meio dos ajustes temporal e territorial que Harvey explica porque e como as finanças necessitam retornar a sua base monetária, ou seja, a produção real, como uma forma de solução para a crise de acumulação

do capital. De acordo com Harvey (2003), a combinação dos diferentes ajustes temporais e territoriais leva a uma ordenação espaço-temporal, a qual veremos a seguir.

1.5 A Ordenação Espaço-temporal

A ordenação espaço-temporal, identificada por Harvey (2003), ocorre a partir de:

- a) Ajustes *temporais* de capital,
- b) Ajustes *espaciais* de capital,
- c) Uma combinação entre (a) e (b).

A ordenação espaço-temporal é uma solução do capital sobreacumulado, que torna-se um elemento crucial na geografia histórica do capitalismo e na construção de uma nova configuração geográfica. Assim, o capitalismo sobrevive por meio de uma série de ordenações espaço-temporais.

A lógica expansionista do sistema capitalista busca uma acumulação interminável de capital. As dualidades tais como a competição e monopólio, fixidez e movimento, são tensões que vêm dos processos de acumulação interminável do capital através dos ajustes temporal e territorial, segundo Harvey (2003). O efeito disso é que o capital cria uma configuração geográfica para facilitar suas atividades num dado ponto do tempo e depois a destrói e constrói uma nova configuração geográfica. Essa necessidade de movimento de mudança é essencial para assegurar o processo interminável de acumulação de capital.

Contudo, o direcionamento dos fluxos de capital sobreacumulado entre esses três circuitos depende do papel mediador do Estado e/ou financeiras, que detêm o poder de gerar e oferecer crédito. Assim, criam o “capital fictício” (ativos em títulos ou notas promissórias desprovidas de suporte material, mas que podem ser usadas como dinheiro). O recurso ao sistema de crédito torna os territórios mais vulneráveis. Isso fez com que muitos países

contraíssem enormes dívidas, tornando um grande problema nos anos de 1980. O crédito utilizado em “demasia” por Estados Nacionais em via de desenvolvimento, constitui-se em uma grande dependência aos demais países desenvolvidos no sistema de circulação de capital. Nesse processo de dependência e vulnerabilidade, esses países em via de desenvolvimento foram obrigados a fazer uma desregulamentação comercial e financeira, associada às privatizações, para que os capitais sobreacumulados dos países ricos encontrassem uma nova forma de transformarem-se em capitais lucrativos. Veremos como ocorreu esse processo mais detalhadamente na próxima seção.

1.6 O Processo de Ajuste Temporal Internacional Contemporâneo

O processo de ajuste temporal internacional contemporâneo teve seu início da década de 1930. No começo desta década houve um crescimento acelerado da economia, em virtude das políticas keynesianas-fordistas, que tentavam solucionar os problemas gerados pelo *crash* de 1929 nos EUA. Entretanto, essa aceleração econômica começou a esboroar durante a década de 1970. O baixo crescimento foi influenciado pela crise do petróleo, em 1973 e pelas elevadas taxas inflacionárias. Isso acarretou o início do processo de “estagflação”, o qual fez com que se começasse a questionar as políticas econômicas vigentes, ou seja, as políticas de estabilização keynesianas, que baseiam-se na arbitragem entre pleno emprego e a estabilidade de preços (Phlion, 1996). Para isso, possui uma forte intervenção do Estado na economia.

Houve, portanto, uma mudança nas políticas econômicas, que começam nos países industrializados em 1979. As novas políticas tinham como objetivo reduzir a inflação para garantir uma estabilidade monetária. Associado a isso, emerge as idéias liberais, que contestam a forte participação do Estado na gestão econômica. Assim, as políticas keynesinas perdem lugar para as políticas restritivas do monetarismo e do liberalismo, caracterizando o que muitos pesquisadores sociais chamam de políticas neoliberais, que

passam a orientar as políticas econômicas com o objetivo de cessar o processo estagflacionário (Phlion, 1996).

A redução inflacionária, o principal objetivo da política monetarista, foi alcançada ao longo da década de 1980 e 1990, mas trouxe graves consequências consigo. Um reduzido crescimento econômico associado a taxas de juros reais elevadas, acarretou em aumento ainda maior desses déficits e das dívidas públicas. O aumento crescente dos déficits públicos fez-se necessário recorrer para os investidores internacionais, em especial, os investidores institucionais, para que esses comprassem os títulos públicos nacionais para financiar as dívidas. Assim, se até o início da década de 1980 os EUA financiava, em grande parte, os déficits orçamentários dos países em desenvolvimento, após o aumento dos seus déficits públicos, essa situação se modifica. Com isso, os EUA passam de principal credor para o principal devedor internacional. O que proporcionou condições favoráveis para os operadores de capital financeiro. A procura por uma valorização do capital na esfera financeira ocorreu, portanto, devido às dificuldades de retornos de capitais no setor produtivo, refletido pelo reduzido crescimento econômico, e pelas altas taxas de juros reais, corroborando a tese do Harvey (1982) do ajuste temporal do capital.

A liberalização financeira significou um abandono progressivo das formas de controle administrativo das taxas de juros, do crédito e dos movimentos de capitais. Uma nova forma de regulamentação, ou seja, uma mudança das normas que limitavam a sua expansão. Isso foi favorecido pela revogação de Bretton Woods (1973), ou seja, através da adoção ao sistema de “taxas de cambio flutuantes” após o fim do padrão ouro-dólar. Essa liberalização e nova regulamentação propiciam uma significativa aceleração da circulação internacional de capital financeiro.

Durante as décadas de 1980 e 1990 houve uma ampla onda de desregulamentação financeira, que iniciou nos EUA e Inglaterra e em seguida atingiu os países emergentes. Esse processo consistiu em um relaxamento ou, até mesmo, em abolição das restrições dos

movimentos de capitais, remoção de controles sobre as operações financeiras, diminuição da presença do Estado no setor financeiro e acordos internacionais sobre adequação de capital para instituições financeiras.

A desregulamentação dos mercados financeiros favorecem a expansão das atividades financeiras internacionais. O rompimento de barreiras regulatórias aumentam os fluxos de capitais financeiros e com isso o seu crescimento. Esse processo acarretou em uma diminuição da concentração territorial das atividades financeiras internacionais. Sendo assim, verificamos que os aspectos regulatórios caracterizam por um elemento fundamental na distribuição geográfica das atividades financeiras. Desta forma, o sistema financeiro internacional começou a passar por importantes reestruturações, que levou ao processo de ajuste temporal internacional contemporâneo. Na seção seguinte veremos como que esse processo iniciou-se na América Latina.

1.6.1 O Processo de Ajuste Temporal na América Latina

No início década de 1970, com o aumento do preço do petróleo, os países árabes começaram a depositar elevados montantes de dinheiro nos bancos ocidentais industrializados, o que ficou conhecido como “petrodólares”. Isso fez com que esses países industrializados aumentassem empréstimos aos governos dos países em via de desenvolvimento, sobretudo os da América Latina (Chesnais, 2005). O crédito barato e abundante estimularam esses governos a tomarem elevadas quantias emprestadas. O governo brasileiro, por exemplo, utilizou largamente desses empréstimos para investir em infra-estrutura, obtendo altas taxas de crescimento econômico. Devido a isso, a década de 1970 no Brasil ficou conhecido como o período do “milagre econômico”.

No final da década de 1970, as economias industrializadas entraram em recessão e reduziram as suas compras de commodities vendidos pelos países em via de desenvolvimento. Além disso, os Estados Unidos para combater a sua inflação interna

aumentou a sua taxa de juros. Isso acarretou em um aumento de demanda por dólares dos investidores internacionais, o que fez o preço do dólar subir. Os países latino-americanos, por sua vez, ao mesmo tempo que viam as suas rendas reduzirem, devido a baixa das exportações, também tinham as suas dívidas elevando-se, devido ao aumento da taxa de juros norte-americanas e a elevação do preço do dólar.

As consequências do aumento da taxa dos juros norte-americanos afetaram diretamente os países latino-americanos, os quais tiveram os juros do serviço da dívida aumentados por três e até por quatro vezes do valor inicial. Então, em 1982, o México anunciou que não poderia pagar os juros da dívida, ou seja, declarou moratória (Chesnais, 2005). Isso implicou em uma dificuldade de acesso ao financiamento externo para os demais países latino-americanos, esse efeito contágio provocou uma grave crise de liquidez desses países. Associado a isso, há um baixo crescimento econômico e taxas de inflação muito elevadas. O que fez muitos analistas econômicos denominarem a década de 1980 como década perdida.

Portanto, durante as décadas de 1980 e 1990, a crise da dívida dos países latino americanos, forçou uma desregulamentação financeira em suas economias. Isso implicou em uma abertura financeira das economias latino americanas. Desta forma, iniciou-se o processo de ajuste temporal na América Latina.

No próximo capítulo analisaremos como ocorreu o processo de ajuste temporal no Brasil, a partir da sua abertura financeira, que iniciou devido aos problemas gerados pela crise da dívida.

Neste capítulo analisaremos as bases principais que propiciaram o início do processo do ajuste temporal no Brasil contemporâneo. Dentre as quais destacam-se o processo de abertura financeira, a estabilidade da moeda e a reestruturação do sistema bancário nacional.

2.1 Os Planos de Reestruturação da Dívida e a Abertura Financeira no Brasil

Nesta seção iremos analisar o início do processo de abertura financeira no Brasil, através dos planos de reestruturação da dívida que o Brasil e demais países latino-americanos tiveram que assinar depois da crise da dívida da década de 1980.

Em decorrência da crise da dívida, no início de 1983, o Brasil assinou um acordo com o FMI para uma rolagem da dívida e concessão de novos empréstimos, mas para isso obrigou o país a realizar um maior controle do déficit público e uma liberalização da economia. Entretanto, a primeira tentativa para solucionar de forma definitiva o problema da dívida, foi uma proposta do secretário do tesouro estadunidense, James A. Baker, em 1985, que ficou conhecido como “Plano Baker”. Esse plano visava novos empréstimos aos países endividados, mas sob a égide de regras mais claras, como privatizações, redução da barreira de importações e liberalização de investimentos. Porém, o plano não foi suficiente para solucionar o problema da dívida dos países. O fracasso desse plano deveu-se, principalmente, aos curtos prazos para o pagamento dos empréstimos, que não dava tempo para que os países se reestruturassem para poder honrar com suas dívidas. Isso fez com que os países se endividassem ainda mais.

Então, em 1989, o novo secretário do tesouro estadunidense, Nicholas F. Brady, lançou um novo plano para reestruturação da dívida externa de alguns países, denominado de “Plano Brady”. O plano visava renovar as dívidas externas dos países mediante a troca de bônus novos, esses bônus ficaram conhecidos como *bradies*. Estes acarretavam em um abatimento do encargo da dívida, através da redução do seu principal e de uma diminuição nos juros. Contudo, os países eram obrigados além de trocar as suas dívidas pelos *bradies*, ou seja, securitizar as suas dívidas, também deveriam fazer reformas liberais em seus mercados.

O plano abarcou diversos países endividados, mas os da América Latina foram os mais envolvidos. Na rodada inicial do plano, os participantes foram: Argentina, Brasil, Bulgária, Costa Rica, República Dominicana, Equador, México, Nigéria, Filipinas, Polônia e Uruguai.

O Brasil concluiu o acordo do plano em abril de 1994, no governo de Itamar Franco, as vésperas do Plano Real entrar em vigor. Com a imposição das regras do Plano Brady, como a securitização da dívida, isto é, a transformação das dívidas em títulos públicos, e a liberalização financeira aumentaram significativamente o montante de capital em circulação no mercado financeiro. Doravante, inicia-se o processo de liberalização das finanças brasileiras, também chamado de processo de abertura financeira.

A forte dependência financeira causada pelo endividamento do Brasil o deixou mais vulnerável diante da pressão internacional para adequar-se as políticas neoliberais. Uma das principais medidas nessa política, era justamente a abertura e consolidação financeira no Brasil, evidenciando a necessidade do ajuste temporal do capital identificado pelo Harvey (1982). Para que essa abertura financeira pudesse realizar-se era necessário um processo de desregulamentação financeira, a fim de romper as barreiras financeiras. Assim, os planos de reestruturação da dívida corresponderam os primeiros passos no processo de abertura financeira no Brasil. Para que a abertura financeira no Brasil tivesse o objetivo alcançado

era necessário a consolidação do Sistema Financeiro Nacional, que veremos na próxima seção.

2.2 A Consolidação do Sistema Financeiro Nacional: a Necessidade da Estabilidade da Moeda

Nesta seção iremos analisar como ocorreu a consolidação do Sistema Financeiro Nacional. Para tanto, utilizamos a abordagem keynesiana para explicar esse processo. Esta abordagem, assim como a abordagem do Harvey (1982), parte da dupla função da dinheiro para explicar as assimetrias das finanças. A partir dessa característica do dinheiro que a teoria keynesina explica a necessidade de haver uma moeda estável para ter a consolidação do Sistema Financeiro Contemporâneo.

Utilizando a abordagem teórica keynesiana, verificamos que a consolidação do Sistema Financeiro Nacional ocorreu a partir da estabilidade da moeda. Esta foi necessária para dar maior confiabilidade nos contratos financeiros. Os contratos¹ fornecem um sentido a moeda moderna, mas para isso é necessário que a moeda seja estável. Esse sentido proporcionado pelos contratos ocorre devido a dupla função da moeda, a saber: i) a moeda como medida de valor, ou seja, como unidade de cálculo de obrigações e direitos contratuais; e ii) a moeda como meio de pagamento, para as liquidações de obrigação contratual. A moeda como medida de valor, garantida pelo contrato, teria a confiança nos mesmos abalada caso seu valor sofresse ampla variedade. Por outro lado, a moeda como meio de pagamento não teria validade contratual caso seu valor fosse instável, pois havia uma falta de confiança em realizar uma liquidação através de uma moeda não estável, ou

¹ Os contratos são a base do sistema capitalista, sendo esses assegurados legalmente pelo Estado, que oferece e garante as estruturas institucionais da lei: os contratos, a propriedade privada, o “valor” do dinheiro e sua oferta, as instituições de mercado. O monopólio da violência, da moeda e da jurisdição que o Estado garante os seus poderes. Por meio das leis, garante os contratos negociados pelos capitalistas. Desta forma, o Estado constitui a instituição política com maior capacidade de manipular a acumulação do capital para preservar as assimetrias nas trocas.

seja, de não haver a possibilidade de previsão do seu valor para a data de liquidação. Portanto, a estabilidade da moeda configura em uma necessidade para o funcionamento do sistema contratual moderno (Carvalho, 2006).

O sistema financeiro, baseado em sistemas contratuais, permite uma maior viabilização do contínuo e intenso esforço de acumulação de capital, que caracteriza o capitalismo. A consolidação do sistema contratual faz com que a acumulação de riquezas na forma de bens de capital apresente um risco muito maior que na forma de ativos financeiros ou moeda. Em outras palavras, os agentes econômicos nesse caso preferem reter moeda. Isso ocorre devido a maior incerteza que os indivíduos tem perante o futuro, considerando uma economia moderna baseada na propriedade privada dos meios de produção. Nesse tipo de economia, os agentes econômicos são produtores antes de serem consumidores e não tem certeza quanto a realização de venda dos seus produtos para poderem ser consumidores de outros produtos. A incerteza de demanda futura de bens de capital implica em uma menor liquidez desses bens em relação aos ativos financeiros ou mesmo a moeda, que são garantidos pelos contratos. Segundo Carvalho:

(...) o mesmo sistema de contratos que viabiliza a mais intensa mobilização de forças produtivas que a humanidade conheceu também cria sua *nêmesis*: uma moeda com as propriedades necessárias para viabilizar o sistema de contratos é, em si, um ativo extremamente atraente, especialmente em épocas de incerteza mais acentuadas sobre o futuro dos mercados de bens, já que a moeda oferece liquidez e estabilidade de valor. (CARVALHO, 2006, p. 35)

A liquidez constitui na capacidade de um ativo transformar-se em outro. Em outras palavras, é a capacidade que os ativos têm, em diferentes graus, de serem vendidos com maior ou menor facilidade, para que convertidos em moeda, possam comprar qualquer outro ativo e/ou mercadoria (Keynes, 1936). A preferência pela liquidez mais alta significa que há maior demanda por ativos mais líquidos, ou seja, como maior facilidade de conversão. Por isso, a moeda é tida como o mais líquido dos ativos. Uma maior preferência por liquidez ocorre onde há menos confiança na expectativa sobre os rendimentos de ativos alternativos.

Portanto, a alta preferência pela liquidez está associada com incerteza e falta de confiança no sistema monetário e/ou financeiro. Para haver demanda por ativos financeiros, que são menos líquidos em comparação com a moeda, é necessário que o sistema monetário tenha uma moeda estável, que inspire confiança. Assim, para a expansão do Sistema Financeiro Nacional, a estabilidade da moeda, ou seja, a baixa inflação, foi fundamental. Por isso, que no Brasil, a abertura financeira e a sua expansão teve como etapa antecedente a formulação do Plano Real, que visava, justamente, a estabilidade da moeda. Na seção seguinte veremos como ocorreu a implementação do Plano Real e quais as suas principais consequências.

2.3 A Necessidade de uma moeda estável: o Plano Real

Os problemas econômicos brasileiros causados com a crise da dívida, impulsionaram ainda mais os déficits públicos e com isso o expressivo aumento das taxas inflacionárias. Estes fatores dificultavam o pagamento da dívida externa, como também a consolidação do Sistema Financeiro Nacional. Assim, impossibilitava a abertura financeira que era exigida pelas políticas neoliberais. Portanto, o governo brasileiro foi obrigado, através das exigências das políticas neoliberais, a tomar drásticas medidas para alcançar a redução do déficit público e a estabilidade da moeda. Dentre as várias tentativas de solução desses problemas, uma delas foi bem sucedida, o Plano Real de 1994.

O Plano Real foi o mais amplo programa de estabilização econômica já realizado no Brasil. Sendo que uma das suas principais metas era reduzir o déficit público do país. A tese dos economistas do governo era que com o equilíbrio nas contas públicas, não seria necessário recorrer, sistematicamente, aos financiamentos dos seus déficits orçamentários, por meio de emissão de moeda (fonte inflacionária) ou do aumento da dívida pública (pressão sobre as taxas de juros). Para alcançar a estabilização econômica era necessário basicamente: aumentar a receita, reduzir as despesas, eliminar a hiperinflação e reduzir as altas taxas de

juros.

O programa começou a formar-se em 1993, no governo Itamar Franco, quando o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, promoveu a sétima mudança de moeda do Brasil, de Cruzeiro para Cruzeiro Real, para efeito de ajuste de valores. O objetivo do governo era mais uma vez fazer o "corte dos três zeros". Contudo, no mesmo mês de lançamento do Cruzeiro Real a inflação foi de 33,53%, e em janeiro de 1994, de 42,19%.

Em fevereiro de 1994, o programa de estabilização tem o seu início oficial com a publicação da Medida Provisória nº 434 no Diário Oficial da União. Essa Medida Provisória instituiu a Unidade Real de Valor (URV), estabeleceu regras de conversão e uso de valores monetários, iniciou a desindexação da economia, e determinou o lançamento de uma nova moeda, o Real. Assim, a base monetária brasileira foi trocada de acordo com a paridade legalmente estabelecida: CR\$2.750,00 para cada R\$1,00. A inflação chegou a 46,58% ao mês em junho de 1994 e a primeira inflação registrada sob efeito da nova moeda foi de 6,08%, mínima recorde em muitos anos.

O Plano Real foi um programa definitivo de estabilização econômica implantado em 3 etapas, a saber:

- 1) Período de equilíbrio das contas públicas, com redução de despesas e aumento de receitas, e isto teria ocorrido nos anos de 1993 e 1994;
- 2) Criação da URV para preservar o poder de compra da massa salarial, evitando medidas de choque como confisco de poupança e quebra de contratos;
- 3) Lançamento do padrão monetário de nome Real, utilizado até os dias atuais.

Para que o Plano Real tivesse sucesso e sustentabilidade econômica foram realizadas diversas reformas estruturais e de gestão públicas. Dentre essas destacam-se principalmente: privatização de vários setores estatais, o PROER e PROES, a criação de agências reguladoras, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a liquidação ou venda da maioria

dos bancos pertencentes aos governos dos estados, a total renegociação das dívidas de estados e municípios com critérios rigorosos (dívida pública), maior abertura financeira e comercial com o exterior. Medidas essas que visavam: cortar os gastos públicos, aumentar a receita do governo com as privatizações e atrair capital externo, com a abertura financeira e comercial, para aumentar a circulação de capital do país e evitar retornos inflacionários.

O Plano Real alcançou seu objetivo principal, reduzir a hiperinflação, e aumentou o poder de compra da população. A inflação calculada sobre a URV nos meses de sua vigência (abril a junho) ficou em torno de 3%, enquanto que a inflação em Cruzeiros Reais (CR\$) foi de cerca de 190%. A hiperinflação acabava gerando o que os economistas chamavam de “imposto inflacionário” que era a parcela do aumento nominal da base monetária que representa a simples reposição pelo público da redução da demanda inicial por encaixes reais provocada pela inflação, durante o período considerado (Dall’acqua, 1989). Em outras palavras, o imposto inflacionário era uma parcela da renda que a população perdia devido as altas taxas de inflação, por não ter como defender-se das mesmas, como por exemplo através de investimentos que tiverem retornos maiores que a inflação. Por isso, o imposto inflacionário atingia mais a população de baixa renda, que não possuem renda suficiente para fazer investimentos para reduzir os efeitos da inflação.

O imposto inflacionário representava uma receita para o governo, devido ao seu poder de monopólio de emissão de moeda. Para o governo a inflação não representava um problema, pois para pagar seus compromissos bastava apenas emitir mais moeda. Segundo Cysne (2000), a perda estimada do imposto inflacionário, no período de julho/93 a junho/94, foi na ordem de 3,39% do PIB. Após o Plano Real, no período de julho/94 a junho/97, as receitas obtidas do imposto inflacionário foram na ordem de 0,33% do PIB. Portanto, a hiperinflação tinha como uma das principais conseqüências sociais o imposto inflacionário, que representava um alto custo para a população de baixa renda e uma grande receita para o governo.

Em resumo, o Plano Real conseguiu estabilizar a moeda e reduzir os déficits públicos. As

principais conseqüências do Plano foram o fim do imposto inflacionário, o aumento do poder de compra da população de renda, as privatizações e os planos de reestruturação do sistema bancário brasileiro, o PROER e o PROES. Na seção seguinte veremos como ocorreu a implementação desses planos e quais foram as suas principais conseqüências.

2.4 A Reestruturação do Sistema Bancário Brasileiro: uma análise do PROER e do PROES

Nesta seção iremos analisar os dois programas de reestruturação do sistema bancário brasileiro. O primeiro refere-se ao Programa de Estimulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – PROER. O segundo foi o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES. Assim, nas sub-seções que seguem iremos analisá-los com o objetivo de compreendermos como esses programas influenciaram na ordenação territorial das finanças no Brasil contemporâneo.

2.4.1 PROER – Programa de Estimulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

O Plano Real, que examinamos brevemente na seção anterior, reduziu a volatilidade dos mercados financeiros e a inflação, de uma média de 50% ao mês para menos de 2%, logo após a sua criação em 1994. Fez com que os bancos tivessem que adaptarem-se a uma nova realidade, adequando-se a uma perda de receita inflacionária, em torno de 30% ao mês. Além disso, havia uma necessidade de reduzir seus custos para manter a competitividade perante os outros bancos. Contudo, muitas instituições financeiras de grande porte não conseguiam adaptar-se a esse novo cenário econômico e ameaçaram uma “quebra generalizada”. Se isso ocorresse, a população iria correr para retirar seu dinheiro dos bancos. Isso provocaria uma destruição da economia, uma perda de confiança no sistema financeiro e implicaria o fim do Plano Real.

Nessa conjuntura que o PROER (Programa de Estimulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) foi criado, em novembro de 1995, através de um conjunto composto pela Medida Provisória nº 1.179 e a Resolução nº 2.208, ambas de 03/11/1995. O programa tinha como objetivo de garantir a estabilidade no sistema financeiro nacional, recuperando as instituições financeiras que estivessem com problemas. Isso ocorreria através do enxugamento do sistema financeiro. O programa, portanto, visava em reduzir pela metade o numero de bancos nacionais, que no início de 1995 era de 265, com mais de 16 mil agencias, 11 mil postos de atendimentos adicionais, além das 1800 agencias das caixas econômicas. As medidas para atingir esse objetivo foram as fusões bancárias, novas aquisições, reorganizações societárias e reestruturação de instituições a partir das regras impostas pelo Banco Central. Junto a isso, um dos seus objetivos era assegurar os baixos índices de inflação, que estavam correndo o risco de elevar-se, caso a população retirasse seu dinheiro dos bancos e colocasse para circular no mercado.

O Banco Central, com a criação do PROER, assumiu maiores responsabilidades com base em um novo aparato legal que o possibilitava conduzir o sistema financeiro a um novo modelo. Criando regras para que o sistema fortalecesse, como a medida que permitiu aos bancos que tinham solidez e liquidez, considerados como “bons”, a comprar as instituições que estavam em dificuldades e que pudessem abater a dívida dessas instituições adquiridas no Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ). Assim, reduziria o risco dos bancos com problemas de liquidez de quebrar e fortalecia os bancos maiores e ao mesmo tempo todo o sistema financeiro.

O financiamento do programa foi feito pelo próprio sistema financeiro, através dos depósitos compulsórios que os bancos fazem sobre os depósitos à vista que recebem e que são utilizados pelo Banco Central (BC) como garantia. Uma das críticas contundentes ao programa foi que o BC aceitou dos bancos privados como forma de pagamento títulos da União de longo prazo, com vencimentos acima de 20 anos, prorrogando consideravelmente o recebimento de seus empréstimos.

O Banco Central era o responsável por receber os pagamentos dos empréstimos concedidos, esses pagamentos eram feitos através de títulos do governo de difícil recebimento, ou seja, moedas podres, que no total ultrapassavam os R\$ 3,6 bilhões. Os recursos desembolsados pelo programa de fusões, em sua maior parte, foram utilizados para comprar com desconto, com outros bancos, os títulos que pagariam os títulos emprestados pelo Banco Central, ou seja, para comprar moedas podres no valor de mercado de outras instituições e repassou esses papéis ao governo pelo valor de face, o que significou uma redução da sua perda em dinheiro.

O programa foi extinto em dezembro de 1995. Os grandes investidores passaram a ter que assumir sozinhos seus riscos de investimentos em fusões, aquisições e cisões. Contudo, o PROER permitiu que muitas empresas financeiras não entrassem em colapso, o que certamente afetaria o Sistema Financeiro Nacional e por consequência a recém alcançada estabilidade da moeda.

2.4.2 PROES – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária

2.4.2.1 Alguns Antecedentes do PROES

O desenvolvimento regional no Brasil, durante a década de 1970, foi estimulado pelos Bancos Estaduais (BE's). Período este considerado como o milagre econômico brasileiro, devido a reciclagem dos petrodólares e pelos volumosos empréstimos que o Brasil tomou frente ao mercado internacional (Dall'Acqua, 1997). Influenciados pela crise da dívida na década de 1980, discutida anteriormente, os Estados brasileiros começaram a passar por desequilíbrios orçamentários, devido principalmente a problemas fiscais (Gutiérrez, 2006). Na tentativa de solucionar esses desequilíbrios orçamentários dos Estados, os BE's foram acionados, passando a endividar-se para amenizar as dívidas estaduais. Assim, os BE's

também entram em crise. Passam a apresentar altos déficits financeiros e entram em desequilíbrio sistemático.

Portanto, verifica-se que a crise dos BE's estava estreitamente relacionada com os problemas financeiros dos Estados. Isso levou o governo federal a fazer uma proposta de renegociação das dívidas estaduais em conjunto com um programa de recuperação dos BE's, através de uma transferência das dívidas das instituições financeiras estaduais para a dívida consolidada dos Estados com a União (Lopreato, 2004). A renegociação das dívidas estaduais foi feita através da Lei 9.496/97, que priorizou as dívidas mobiliárias, que correspondia a 80% das dívidas dos Estados da região Sul e Sudeste. Por outro lado, as dívidas dos BE's foram negociadas através do PROES.

2.4.2.2 A Estrutura e as Conseqüências do PROES

O programa foi implementado em 1997 e tinha como objetivo principal a redução da quantidade de bancos públicos estaduais, que estavam sob o controle dos seus respectivos governos estaduais, através de privatizações ou liquidação das instituições financeiras estaduais (Vidotto, 2005). Um segundo objetivo, não muito explícito, era propiciar fortalecimento do setor bancário para que assim pudesse desenvolver o sistema bancário nacional. Isso fica claro quando observa-se as aquisições dos BE's pelos grandes bancos privados nacionais, tais como: Bradesco, Itaú e Unibanco. Além disso, o programa promoveu mais uma rodada de abertura do Sistema Financeiro Nacional (SFN) ao capital externo, permitindo a sua participação nos leilões de privatização dos BE's. O maior dos BE's, o Banespa, foi comprado pelo banco estrangeiro Santander.

O programa despendeu R\$ 61 bilhões para sanear as dívidas dos BE's. O Estado que recebeu o maior montante desse total, R\$ 36 bilhões, foi o Estado de São Paulo, o que correspondeu a 58% do volume financiado pelo PROES. Com as receitas de privatizações,

o programa arrecadou um total de R\$ 11,14 bilhões. Deste valor, 63% foi obtido pela venda do Banespa, privatizado por R\$ 7 bilhões. Assim, as despesas liquidas para o financiamento do PROES, totalizaram R\$ 50,86 bilhões. O ágio alcançado pelo processo de privatizações foi de 175% sobre os valores iniciais de venda (Gutiérrez, 2006).

O programa atendeu mais os Estados que possuíam dívidas mobiliárias mais elevadas, isto é, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, abarcando o Sudeste e o Sul do país, que correspondeu a aproximadamente 88% do total dos títulos emitidos pelo PROES. De acordo com Vidotto (2002), o PROES era mais que um programa de incentivo à redução do sistema bancário público estadual, era um programa de ajuste fiscal dos Estados da federação, na medida em que a crise dos bancos estaduais estava estritamente vinculada à crise fiscal dos Estados.

Antes do PROES entrar em vigor, haviam 36 instituições bancárias públicas estaduais controladas por seus respectivos Estados. Apenas os Estados do Mato Grosso do Sul e Tocantins não possuíam BE's. Os Estados da Paraíba e o Distrito Federal foram os únicos que apesar de terem BE's não participaram do programa. Após o PROES restaram apenas 6 BE's controlados pelos seus respectivos Estados, a saber: Banrisul, BRB, Banpará, Nossa Caixa, Banestes, Banese. Além de dois BE's que foram federalizados, Besc e Bep, mas que já preparavam-se para serem privatizados. Dos bancos de desenvolvimento regional, apenas o do Estado de Minas Gerais que permaneceu (Gutiérrez, 2006). A grande maioria das instituições bancárias públicas foram liquidadas ou privatizadas, em um total de 27 instituições, sendo 15 liquidadas e 12 privatizadas.

O programa resultou em uma intensa redução do número de instituições bancárias públicas estaduais e com isso a redução relativa da participação pública no Sistema Financeiro Nacional (SFN). O setor privado, tanto nacional quanto internacional, adentrou fortemente

ao SFN após o PROES. Desta forma, o PROES provocou uma profunda alteração na estrutura bancária nacional na década de 1990 através das privatizações.

Nos capítulos seguintes iremos examinar como essa mudança da estrutura bancária influenciou nos ajustes temporal e territorial das finanças no Brasil. Em particular, no próximo capítulo iremos analisar a abordagem teórica Pós-keynesiana sobre finanças regionais e explicitar os métodos estatísticos e cartográficos que iremos utilizar para fundamentar a análise de como ocorreram os ajustes temporal e territorial no Brasil contemporâneo.

Neste capítulo faremos uma proposta de análise de como os ajustes temporal e territorial podem ser examinados em nível regional. Para tanto, iremos analisar a abordagem Pós-keynesiana sobre finanças regionais e o conceito do Milton Santos sobre o meio técnico-científico-informacional. Assim como explicitar a metodologia empírica, que envolve análises estatística e de cartografia temática, a ser utilizada nos capítulos seguintes. As abordagens teórica e empírica analisadas neste capítulo contribuem para a estrutura da nossa explicação de como os ajustes temporal e territorial ocorreram regionalmente no Brasil

3.1 Finanças Regionais: Uma Abordagem Pós-keynesiana

A abordagem Pós-keynesiana considera a não neutralidade da moeda e a imperfeição dos mercados como fatores fundamentais para a análise nacional e regional das finanças. Segundo os pós-keynesianos, a moeda é endógena ao sistema econômico. Isso ocorre devido ao crédito disponibilizado pelas instituições financeiras e, conseqüentemente, a oferta de moeda torna-se apenas parcialmente controlada pelo governo, o que confere as instituições financeiras um forte peso em sua determinação. Portanto, o crédito influencia não apenas no nível geral de preços, mas também na determinação do investimento, tornando a moeda parte integrante do processo econômico e não neutra. Desta forma, uma clara distinção entre o lado monetário e o real da economia não pode ser feita (DOW, 1993).

A teoria Pós-keynesiana considera que os fluxos de recursos financeiros regionais são imperfeitos, sendo as imperfeições do mercado uma norma. Além disso, trata tanto o lado da oferta quanto o lado da demanda no mercado regional de crédito. Considerando a oferta e demanda de créditos como interdependentes e afetada pela preferência pela liquidez, a

qual está relacionada com as expectativas que os agentes formam em um ambiente de incerteza.

A estrutura territorial do sistema financeiro, pode agravar o problema de assimetria de informação e incerteza devido à distância física entre as empresas em geral que buscam crédito e as empresas financeiras que oferecem esse crédito (Porteous, 1995, 1999). Assim, podemos avaliar a incerteza regional como maior levando em conta a distancia entre tomador e emprestador. Sendo que essa distância pode ser tanto geográfica, como de acesso de informação, de conhecimento e tecnologia, ou seja, do meio técnico-científico-informacional (Santos, M. 1997).

A incerteza regional também afeta a preferência pela liquidez regional. Esta também é formada pelo tamanho do PIB local e pelo grau de concentração de renda gerada dessa região (Martin, 1999; Sicsú e Crocco, 2002). Considerando que as diferenças territoriais em condições econômicas são comuns, podemos esperar um caráter territorial para a preferência por liquidez (Dow e Rodriguez-Fuentes, 2006). Portanto, a preferência pela liquidez regional é formada, fundamentalmente, pelo PIB local, grau de concentração de renda regional e pela incerteza regional.

3.2 Demanda e Oferta Financeira Regional

A demanda financeira regional está relacionada com a preferência pela liquidez regional. Uma alta preferência pela liquidez podem reduzir a demanda por fundos conforme os investidores fiquem menos dispostos a endividar-se. Um preferência por liquidez menor pode a aumentar a demanda por produtos financeiros e isso pode fazer com que o sistema financeiro expanda-se regionalmente. Por exemplo, uma menor preferência pela liquidez estimula os poupadores a adotar portfólios menos líquidos, como títulos, ações de empresas, CDB's, etc. Por outro lado, se houver uma maior preferência pela liquidez a procura será por um portfólio mais líquido. Se isso ocorrer em uma região periférica, poderá

ocorrer um fluxo de recursos financeiros em direção a regiões centrais, podendo reduzir a disponibilidade local de fundos.

Pelo lado da oferta financeira regional, considera-se que essa é afetada pela preferência pela liquidez regional e pelo estágio de desenvolvimento do sistema financeiro regional. A preferência pela liquidez das empresas financeiras regionais pode ser influenciada tanto pelas expectativas regionais no que refere-se ao crescimento da renda da região, sua estabilidade, etc., como pelos efeitos das condições monetárias criadas pelo banco central (Dow e Rodriguez-Fuentes, 2006). Enquanto o segundo, o desenvolvimento do sistema financeiro regional, determina a habilidade dos sistema financeiro regional em ampliar seus produtos financeiros, de forma independente da sua base de depósito, ou seja, o grau de endogeneidade da oferta de moeda. Assim, de acordo com abordagem teórica pós-keynesiana, a preferência por liquidez afeta a oferta e a demanda financeira. Há, portanto, uma interdependência entre oferta e demanda financeira.

3.3 A Proximidade entre Demanda e Oferta Financeira

A territorialização das empresas financeiras está fortemente relacionada com a proximidade de demanda financeira regional. Isso ocorre devido a incerteza regional, que aumenta com a distancia entre tomador e emprestador, e uma maior incerteza leva a uma maior preferência por liquidez, reduzindo a demanda financeira. Por isso, as empresas financeiras tendem a localizar-se próximo a sua demanda.

Entretanto, a territorialização de uma empresa financeira não basta apenas ter demanda por produtos financeiros próxima, mas é necessário saber qual o volume dessa demanda para instalar-se no local determinados tipos de empresas financeiras. Por isso, o tipo de empresa financeira e do tipo de serviço que irá se ofertar dependerá do volume de demanda financeira naquele local específico. Sendo assim, um outro fator essencial para a

compreensão da expansão territorial das empresas financeiras é o volume da demanda financeira regional.

A necessidade de uma demanda próxima é uma grande diferença na decisão locacional entre empresas financeiras e industriais. Como as empresas financeiras tendem a localizar-se próximo a sua demanda, então o custo de transporte fica muito reduzido ou quase inexistente. De acordo com Sicsú e Crocco (2002; 2006), o produto e o insumo final das atividades financeiras são muito específicos, sendo em geral depósitos, que seriam os insumo; e serviços financeiros, como fundo de investimento, empréstimos, dentre outros, correspondendo ao produto. O serviço de transporte não se faz necessário em nenhum desses, pois tanto para captar e entregar o seu insumo como o seu produto é necessário que as instituições financeiras estejam presente no local, ou seja, a demanda e a oferta financeira tem a necessidade de serem próxima uma da outra. Portanto, o custo de transporte não seria determinante na territorialização de empresas financeiras.

Sendo assim, a territorialização das atividades financeiras diferencia-se em dois fatores principais em relação a territorialização das atividades industriais e agrícolas, por exemplo, que são: a proximidade da demanda e oferta e a pouca relevância do custo de transporte. Ambos os fatores estão relacionados, pois com a necessidade de uma demanda e oferta próximas, o custo de transporte, por sua vez, perde em importância.

3.4 Mediações Técnico-científico-informacionais e o Custo de Transmissão

O desenvolvimento das tecnologias de informação e de telecomunicações e o avanço do conhecimento científico, ou seja, o chamado meio técnico-científico-informacional (TCI) foi um dos importante elemento que impulsionou a expansão territorial financeira contemporânea (Santos, M. 1997). O avanço do meio técnico-científico-informacional (TCI), mudou a condução das negociações financeiras, tornando-as cada vez mais desmaterializadas, mais rápidas e em volumes maiores.

Os avanços do TCI teve grande impacto sobre o processamento das informações e sobre os canais alternativos de entrega de serviços (ATMs, internet, banco eletrônico, etc.). Em particular, para o setor financeiro a velocidade das informações e acessibilidade destes recursos gerou novas oportunidades de ganho e o aparecimento de novos negócios financeiros. Essas transformações geraram benefícios às instituições financeiras, através de (Group of Ten, 2001): (i) mudanças na capacidade de distribuição de produtos e serviços, levando a possibilidade de atendimento de um maior número de clientes e a cobertura de áreas maiores com custos bem menores; (ii) criação de novos produtos e serviços financeiros e maior acessibilidade para os clientes de desenvolverem operações globais, minimizando os riscos operacionais deste tipo de transação; (iii) a possibilidade das instituições financeiras de oferecer produtos e serviços que antes não cabia a determinada categoria de instituição; (iv) de produtos financeiros que podem ser mais facilmente padronizados e oferecidos de modo a se adequar ao perfil de risco de cada cliente, mesmo os de pequeno porte; (v) em nível do varejo, os canais de entrega eletrônica possibilitaram o fornecimento de serviços que passou a tirar vantagem do nome do banco e de sua base de dados de clientes sem a necessidade da presença física nas agências.

Isso porque o avanço do TCI proporcionou maior conectividades entre os mercados financeiros, permitiu cálculos de análise de risco mais precisos e uma maior circulação de informações. A “desmaterialização” do dinheiro, a partir da sua circulação “virtual”, faz com que a sua mobilidade aumente enormemente. Houve, assim, uma intensificação da circulação do dinheiro, feita por uma informatizada rede financeira internacional, que permite negociações de diferentes partes do mundo em frações de segundo.

O meio TCI corresponde ao custo de transmissão para o sistema financeiro. Os avanços do TCI fazem com que os custos de transmissão tornarem-se mais eficientes, como também menos onerosos. Contudo, este último não é suficiente para aumentar a diversificação geográfica das atividades financeiras (Gehrig, 1998). Doravante, este autor, distingue entre

“informação simples padronizada” (ISP) e “informação complexa sofisticada” (ICS). Na primeira a informação é facilmente compreendida e pode ser disseminada eletronicamente de forma simples. Enquanto segunda é mais difícil de transmitir e necessita de uma proximidade física entre a pessoa que transmite e a que recebe. Isso faz com que as atividades que dependem de ISP tendem a expandir-se geograficamente conforme o avanço da tecnologia. Por outro lado, as atividades que dependem de ICS, como as operações em bolsa de valores, são chamados de “informacionalmente sensíveis”, tendem a se concentrar geograficamente junto a especialistas capazes de analisar cuidadosamente os seus retornos futuros. A capacidade desses centros financeiros em atrair mais atividades dependerá em grande medida da sua disponibilidade de especialistas aptos a gerar e transmitir ICS.

Segundo Tschoegl (2000), o desenvolvimento de novas tecnologias alterou a distribuição territorial das empresas financeiras de acordo com a natureza dessas atividades. As atividades que envolvem processos mais rotinizados dispersaram-se dos grandes centros financeiros. Enquanto as que envolvem processos inovadores continuaram a ser desenvolvidas em importantes centros financeiros.

3.5 Metodologia Empírica

A metodologia empírica utilizada compõe-se de uma análise conjunta da estatística e cartografia a partir dos dados das atividades financeiras no Brasil.

3.5.1 Descrição dos dados: A Composição e Abrangência das Atividades Financeiras no Brasil

O IBGE denomina o conjunto total das atividades financeiras como: *Intermediação Financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados*. Este conjunto abrange as unidades voltadas primordialmente à realização de transações financeiras, isto é, transações envolvendo a criação, liquidação e troca de propriedade de ativos financeiros.

Também inclui as atividades de seguros, previdência complementar, planos de saúde e as atividades de serviços de apoio às transações financeiras e às atividades de seguros. O Banco Central, como autoridade monetária do país, também está enquadrado nesta seção.

As atividades de intermediação financeira são exercidas primordialmente pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) tal como definidas pelas leis nº 4.565/64, que atribui à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e ao Banco Central do Brasil a competência para autorizar, regulamentar e fiscalizar o exercício da intermediação financeira, e nº 4.728/65, que disciplinou o mercado de capitais definindo atividades auxiliares. Também inclui unidades fora do SFN que exercem atividades que envolvem a criação, coleta e redistribuição de fundos financeiros (exemplos: caixas de financiamento de corporações, gestão de fundos filantrópicos, etc.).

Dentre as atividades financeiras também fazem parte as instituições de Seguros, regulamentadas pela Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP) e pelo Conselho Gestor da Previdência Complementar, os planos de saúde e os serviços estritamente vinculados às atividades de intermediação financeira e de seguros.

A divulgação da relação das empresas financeiras, e suas unidades, subdividas por atividade financeiras e distribuídas pelas Unidades Federativas nacionais ocorreu a partir de 1996, quando o IBGE iniciou um trabalho conjunto com os Órgão Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), para a elaboração desses dados, enriquecendo de sobremaneira a análise financeira regional.

A partir dessa relação e das sub-divisões do setor financeiro definidas pelo SNA (System of National Accounts) de 1993, o IBGE sub-dividiu as empresas financeiras em três grandes agregados de atividades financeiras. A parte empírica da presente pesquisa baseia-se nesses três tipos de atividades financeiras. Elaboramos um banco de dados que compreende o número total de empresas de cada um dos três tipos de atividades

financeiras, distribuídas por unidades federativas. O período pesquisado vai de 1996, ano que iniciou essa pesquisa pelo IBGE junto com os demais órgãos de pesquisa regionais, até 2006, último ano que essa relação foi divulgada. Assim, fechando o período que analisaremos, ou seja, de 1996 à 2006. Ressaltamos, que os anos de 1994 e 1995 que a princípio deveriam ser analisados, não o serão devido a falta de dados dos mesmos. O mesmo ocorre com o ano de 2007, que não será analisado, pois até a finalização desta pesquisa os seus dados não haviam sido divulgados pelo IBGE.

Os três grandes agregados de atividades financeiras são:

- Intermediação Financeira
 - Banco Central
 - Intermediação monetária – depósitos à vista
 - Intermediação não monetária – outros tipos de depósito
 - Arrendamento mercantil
 - Outras atividades de concessão de crédito
 - Outras atividades de intermediação financeira, não especificadas anteriormente
- Seguros e Previdência complementar;
 - Seguros de vida e não vida
 - Previdência complementar
 - Planos de saúde
- Atividades Auxiliares da intermediação financeira, seguros e previdência complementar;
 - Atividades auxiliares da intermediação financeira;
 - Atividades auxiliares dos seguros e previdência complementar.

Entretanto, em cada tipo de atividade financeira inclui empresas financeiras bastante específica que encontra-se de forma detalhada no Anexo 2 . Com isso Procuramos apresentar cada um dos agregados financeiros que iremos trabalhar, explicando a função de cada uma das atividades financeiras que compõem esses agregados. Para tanto, baseamo-

nos nas definições oficiais dadas pela Comissão Nacional de Classificação (Concla).

3.5.2 Análise Estatística

Objetivou-se analisar em detalhe os dados sobre expansão das empresas financeiras no Brasil, divididos por Unidades Federativas – UF's (Ver divisão política das UF's no Anexo 1). Foram selecionados o número de empresas dos três grandes agregados de atividade financeira no Brasil, a saber: i) intermediação financeira, ii) seguros e previdência, iii) atividades financeiras auxiliares. Além disso também fizemos um levantamento do PIB a preço de mercado². A partir dessa seleção calculamos para todos esses dados: a taxa de crescimento com ano base de 1996, a taxa de concentração e o Índice Herfindahl-Hirschman (IHH), de concentração global.

Taxa de Crescimento Acumulado (ano base: 1996)

$$TCr = \left[\left(\frac{Q_i}{\sum_{i=1}^n Q_i} \right) \times 100 \right] - 100$$

TCr = Taxa de crescimento acumulado

Q_i = cada observação da série de dados do ano corrente

$\sum_{i=1}^n Q_i$ = total das observações da série de dados do ano de 1996

² A opção de analisar o PIBpm ocorre pois o mesmo inclui o valor dos impostos indiretos e subsídios, enquanto o PIB a custo de fatores (PIBcf) não os inclui.

Taxa de Concentração

$$TC_o = \left[\frac{Q_i}{\sum_{i=1}^n Q_i} \right] \times 100$$

TCo = Taxa de concentração

Q_i = cada observação da série de dados

$\sum_{i=1}^n Q_i$ = total das observações da série de dados

Índice Herfindahl-Hirschman - IHH

A concentração das atividades financeiras poderia ser quantificada de diferentes formas. Dentre os métodos mais empregados para a análise de concentração de atividades econômicas (SHY, 1996) está o Índice de Herfindahl-Hirschman (IHH). Este método avalia o grau de concentração global de um determinado setor da economia em um mercado. O valor do índice oscila entre $1/n$ (ou 0 para amostras muito grandes) com participações iguais de cada indivíduo e 1 (concentração máxima). Assim, quanto mais próximo a 1, mais concentrado será esse mercado, ao passo que quanto mais próximo a 0, menos concentrado será esse mercado. Quando o IHH é superior a 0,18 considera-se que o mercado é muito concentrado. Entre 0,1 e 0,18 considera-se que o mercado tem alguma concentração.

$$IHH = \sum_{i=1}^n \left[\frac{Q_i}{\sum_{i=1}^n Q_i} \right]^2$$

IHH = Índice de Herfindahl-Hirschman

Q_i = cada observação da série de dados

$\sum_{i=1}^n Q_i$ = total das observações da série de dados

3.5.3 Análise da Cartografia Temática Digital

A elaboração de mapas temáticos objetivou analisar e representar as características espaciais da expansão das atividades financeiras no Brasil, a partir da análise territorial do crescimento e redução de concentração dessas atividades. Portanto, a análise cartográfica foi uma ferramenta importante para auxiliar na compreensão da estrutura territorial das finanças regionais.

A partir dos dados coletados objetivou-se elaborar mapas que indiquem as seguintes variações para cada unidade federativa brasileira: i) crescimento das atividades financeiras total e em cada agregado ii) crescimento do PIBpm iii) concentração das atividades financeiras total e em cada agregado, e iv) concentração do PIBpm.

Programa utilizado: Philcarto

3.5.3.1 Método Estatístico da Análise Cartográfica

Para fazer a divisão entre as classes de Unidades Federativas do Brasil para realizar a elaboração e análise cartográfica utilizamos o método de otimização de Jenks. Este método visa minimizar a variância intraclasses e maximizar a variância interclasses, produzindo assim classes homogêneas. Assim, este método forma grupos que são homogêneos internamente e assegura a heterogeneidade entre classes (Dent, 1993). O procedimento de medida dessa técnica é chamado de Ajuste de Bondade ou Melhor Ajuste de Variância (GVF = Goodness of Variance Fit):

$$\text{GVF} = (\text{SDAM} - \text{SDCM}) / \text{SDAM}$$

Onde,

$$\text{SDAM} = \sum_{i=1}^n \left(x_i - \bar{X} \right)^2$$

SDAM = Desvio Quadrático da Média da série de observações

x_i = cada observação da série de dados

$\bar{X}$ = Média do conjunto de dados

$$\text{SDCM} = \sum_{i=1}^n \sum_{c=1}^n \left(x_i - Z_c \right)^2$$

SDCM = Desvio Quadrático da Média das observações dentro da classe

Z_c = Média de cada classe

$(x_i - Z_c)$ = Desvios Quadráticos de cada observação dentro da classe

No próximo capítulo iremos aplicar a abordagem teórica Pós-keynesianas, o conceito do meio técnico-científico-informacional, os métodos estatísticos e cartográfico, explicitados neste presente capítulo, para fazer a análise de como ocorreram os ajustes temporal e territorial no Brasil contemporâneo.

Com base da análise dos capítulos anteriores e na análise empírica, neste capítulo objetivamos examinar como ocorreram os ajustes temporal e territorial no Brasil.

4.1 Oferta e Demanda Financeira no Brasil

Neste seção iremos abordar como ocorreu o aumento da oferta e demanda financeira no Brasil a partir da estabilidade da moeda.

O aumento da oferta financeira brasileira entre 1996 e 2006, analisado através do crescimento do número de empresas financeiras, teve uma significativa influencia da estabilidade da moeda, como também das mediações regulatórias e do meio TCI. Pelo lado da estabilidade da moeda, esta proporcionou uma menor incerteza para o sistema financeiro, o que acarretou em uma menor preferência pela liquidez para o sistema financeiro, fazendo com que ofertassem cada vez mais produtos financeiros com um menor risco de um não pagamento. Além disso, as mediações regulatórias como o PROER e o PROES foram fundamentais para que o sistema financeiro nacional fortalecer e desenvolver.

O Estado Nacional brasileiro foi um grande financiador do desenvolvimento do sistema financeiro, sobretudo no setor bancário que teve a maioria dos seus bancos estatais privatizados. A vasta privatização bancária no Brasil, na década de 1990, contribui de sobremaneira para a expansão do setor no território nacional. O aumento da oferta financeira também foi influenciado pelas mediações TCI. Em particular, a difusão da internet, a partir de 1996, no Brasil favoreceu a comunicação e a troca de informação financeira entre

as diversas regiões do país, bem como para a comunicação financeira internacional. Ademais, os avanços do TCI também foram muito importantes para a criação de novos produtos financeiros e para aumentar a eficiência e eficácia das negociações financeiras. As mediações TCI tiveram um papel de reduzir as assimetrias de informação financeira, reduzindo assim a incerteza e desta forma contribuindo para diminuir a preferência pela liquidez financeira. Os três elementos elencados acima – a estabilidade da moeda, as mediações regulatórias e mediações TCI – fizeram com que a oferta financeira aumentasse significativamente no Brasil a partir da abertura financeira da década de 1990.

Pelo lado da demanda financeira, analisada através do PIBpm regional, ocorreu um significativo aumento devido a estabilidade da moeda, que reduziu a incerteza no sistema monetário e financeiro. Agregado a isso, a estabilidade da moeda também acarretou na eliminação quase que total do imposto inflacionário, que favoreceu para aumentar o poder de compra da população de renda mais baixa que era afetada pelo imposto inflacionário, que correspondia a maior parte da população brasileira. A redução da incerteza e o aumento do poder de compra levaram a uma diminuição da preferência pela liquidez. Isso acarretou em um significativo aumento da demanda financeira no Brasil. O aumento da oferta e da demanda financeira no Brasil propiciaram o ajuste temporal, que iremos analisar na próxima seção.

4.2 O Ajuste Temporal no Brasil Contemporâneo

Entre 1996 e 2006 houve um altíssimo crescimento da oferta financeira, ou seja, do aumento do número de empresas financeiras, correspondendo a 165,53%, que é muito alto considerando a variável em análise. As maiores taxas de crescimento ocorreu nas regiões Norte, boa parte do Nordeste e Centro-Oeste, visto que essas regiões, em 1996, eram as que detinham as menores quantidades de empresas financeiras em seus territórios, sendo assim as regiões de menor concentração da atividade financeira (Ver Figura 1).

Figura 1: Concentração X Crescimento no Brasil: Número de Empresas de Atividades Financeiras Totais (NEAFT) e Produto Interno Bruto a preço de mercado (PIBpm) - por Unidade Federativa, ano base: 1996

Fonte: IBGE

Elaborado por Clarisse Coutinho com Philcarto - <http://philcarto.free.fr>

Em particular, as UF's que apresentaram as mais altas taxas de crescimento do número de empresas financeiras territorializadas foram Amapá, com um altíssimo crescimento de 4.462,5%, seguido do Maranhão, com 1.330,1% de crescimento. Além dessas UF's, o Acre, Piauí e demais UF's principalmente das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram as que apresentaram as mais altas taxas de crescimento de oferta financeira, que estamos analisando pelo número de empresas financeiras. Cabe ressaltar, que todas as UF's apresentaram taxas de crescimento positiva, sendo a que as UF's que apresentaram as menores taxas foram as das regiões Sudeste e Sul. A UF que apresentou o menor crescimento foi o Rio de Janeiro com 74,43%, seguido do Paraná com 99,61%, Rio Grande do Sul, com 100,73% e São Paulo com 106,5%, sendo esse crescimento referente ao ano de 2006 em relação a 1996 nosso ano base.

Em relação a demanda financeira, entre 1996 e 2006, analisada pelo PIBpm, houve uma taxa de crescimento moderada. Em 2006 o crescimento tinha sido de 204,21% em relação ao ano base de 1996, para um período de dez anos não é considerada como uma taxa alta de crescimento do PIB (Ver Gráfico 1). As maiores taxas de crescimento ocorreram nas regiões onde apresentavam as menores concentrações, em 1996, como as regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Dentre as UF's que apresentaram as maiores taxas de crescimento estão Roraima, com 569,33%, seguida de Tocantins, com 526,29% de crescimento em 2006 em relação a 1996 nosso ano base.

Comparando o crescimento do número de empresas financeiras, pelo lado da oferta financeira, com o crescimento do PIBpm, pelo lado da demanda financeiras, verificamos que o crescimento do número das empresas financeiras totais foi superior ao crescimento do PIBpm entre 1998 e 2004. O crescimento das empresas financeiras foi mais acelerado entre 1998 e 2003, os anos seguintes apresentaram uma redução na aceleração do seu crescimento. Por outro lado, o PIBpm entre 2001 e 2006 apresentou uma aceleração continua em suas taxas de crescimento. Isso fez com que em 2005 as taxas de crescimento do PIB ultrapassasse as do crescimento das empresas financeiras (Ver Gráfico 1).

Gráfico 1: Ajuste Temporal no Brasil: Crescimento do Número de Empresas Financeiras Totais (NEAFT) X Crescimento do Produto Interno Bruto a preço de mercado (PIBpm) – 1997 a 2006, ano base: 1996

Fonte: IBGE

Elaborado pela autora

Entre 1996 e 2006, o crescimento do número de empresas financeiras revelou-se muito mais acelerado do que o crescimento do PIBpm. Isso revela uma intensificação das atividades financeiras no país durante esse período que chegou a ultrapassar o crescimento do PIBpm. Sendo assim, verificamos a presença do ajuste temporal no Brasil, que ocorreu principalmente entre 1998 e 2004, onde o crescimento do número de empresas financeiras ultrapassa o crescimento do PIBpm. Na seção seguinte iremos analisar como ocorreu o ajuste territorial das finanças no Brasil

4.3 Ajuste Territorial das Finanças no Brasil

O grande aumento das taxas de crescimento das empresas financeiras nas regiões menos desenvolvidas levou a uma redução na concentração das atividades financeiras no Brasil.

Em outras palavras, houve uma expansão territorial das finanças. Veremos nesta seção como essa expansão pode ser caracterizada como um ajuste territorial das finanças.

Em relação a concentração financeira, em 1996, o índice de concentração IHH das empresas financeiras no Brasil era de 0,22, considerado como de altíssima concentração. Em 2006, o IHH das empresas financeiras foi de 0,15, mesmo ainda sendo um índice de concentração elevado, já não é considerado como altíssimo, como ocorria em 1996.

As atividades financeiras concentravam-se principalmente nas Unidades Federativas (UF's) da região Sudeste e Sul. Além das UF's da Bahia, Goiás, Distrito Federal e Ceará, que também havia uma concentração relativamente alta. Em particular, a maior concentração ocorria na UF de São Paulo, com 42,7% do número de empresas financeiras no país. Seguida da UF do Rio de Janeiro que detinha 13,16% das empresas financeiras. A grande diferença já entre as duas principais UF's já denota a forte concentração das atividades financeiras no país (Ver Figura 2). Portanto, a análise da distribuição das empresas financeiras no Brasil mostra-nos o alto grau de concentração da oferta financeira que o país detinha no ano de 1996 sobretudo nas regiões Sudeste e Sul.

A concentração das atividades financeiras, em 2006, reduziu consideravelmente. As UF's das regiões Sudeste e Sul permaneceram sendo as regiões com o maior grau de concentração. Entretanto, o percentual de concentração nessas UF's reduziu de forma significativa. As UF's que apresentaram as mais altas taxas de crescimento do número de empresas financeiras em 2006, foram Amapá, com 4.462,5%, Maranhão, com 1.330,09%, Piauí com 790% e Acre com 704,76%. As altíssimas taxas de crescimento dessas UF's favoreceu o aumento da participação das atividades financeiras das mesmas, mas ainda assim continua sendo muito pequena. Por exemplo, o Amapá passou de 0,03%, em 1996 para 0,47% em 2006 de participação nas atividades financeiras. Ainda assim essas UF's contribuíram para a redução da concentração das atividades financeiras em nível nacional.

Figura 2: Concentração no Brasil: Número de Empresas de Atividades Financeiras Totais (NEAFT) e Produto Interno Bruto a preço de mercado (PIBpm) - por Unidade Federativa

Fonte: IBGE

Elaborado por Clarisse Coutinho com Philcarto - <http://philcarto.free.fr>

Em contrapartida, as regiões Sudeste e Sul, que apresentavam maior concentração em 1996, reduziram o percentual de participação, com exceção da UF de Minas Gerais, que aumentou a sua participação de 8,36% em 1996 para 13,73% em 2006. Portanto, podemos concluir que houve uma redução significativa da concentração da oferta financeira devido as taxas de crescimento mais altas nas UF's que apresentavam as mais baixas concentrações de atividade financeira em 1996. Em outras palavras, uma expansão da oferta financeira.

Comparando a redução de concentração do número de empresas financeiras, pelo lado da oferta financeira, com a redução de concentração do PIBpm, pelo lado da demanda financeira. Verificamos que a redução de concentração do número das empresas financeiras totais foi muito superior do que a redução de concentração do PIBpm, o qual em pouco alterou a sua concentração durante o período estudado.

Em 1996 o IHH do PIBpm foi de 0,16 enquanto no final do período, em 2006 o seu IHH foi de 0,15. Apresentando, portanto, uma permanência do nível de concentração, que é considerado como concentrado. Podemos observar que há uma concentração alta nas UF's das regiões Sudeste e Sul. Com uma concentração menor também, porém relativamente alta, podemos destacar as UF's da Bahia, Goiais, Distrito Federal, Amazonas, Pará, Ceará e Pernambuco. Em particular, a UF de São Paulo possui a maior concentração do PIB nacional, detinha em 1996 um percentual de 34,93 do total do país. As regiões com maior concentração do PIB em muito assemelha-se as regiões de concentração das empresas financeiras. Evidenciando, portanto, um relativo equilíbrio entre oferta e demanda. Contudo, a demanda financeira regional, como vimos anteriormente, é formada não apenas pelo tamanho do PIB regional, mas também pelo seu grau de concentração e preferência pela liquidez.

Assim vimos que em 1996 UF's como Amazonas, Pará e Pernambuco que apesar de apresentarem uma relativa participação de destaque no PIB não possuem uma concentração das atividades financeiras que corresponda a essa participação. Isso ocorre,

pois nessas UF's há um peso maior das demais variáveis que compõe a demanda financeira além do PIB regional, como um elevado grau de concentração de renda e uma alta preferência pela liquidez.

Em 2006, o PIB apresentou uma ligeira redução de concentração em comparação com o início do período do nosso estudo, em 1996. Houve uma pequena redução da participação do PIB nacional nas UF's de São Paulo, que passou a ter 33,87%, seguido de Minas Gerais, Paraná e Amazonas. Em contrapartida, a relação entre a concentração das empresas financeiras e o PIB regional estreitou-se consideravelmente. Em 2006, as UF's do Pará e Pernambuco passam tanto a ter uma maior participação do PIB como também uma maior participação do sistema financeiro nacional em relação ao número de empresas financeiras territorializadas nessas regiões. Houve tanto um aumento da oferta quanto de demanda financeira nessas UF's. Além disso, o nível de concentração em 2006 entre as atividades financeiras e o PIB são muito mais próximos que em comparação com a diferença do nível de concentração que havia entre ambos em 1996. Procuramos através da análise cartográfica e estatística mostrar a relação regional que há entre a concentração do número de empresas financeiras e o PIB regional. Caracterizando uma relação interdependente entre oferta e demanda regional financeira.

Portanto, concluímos que a redução da concentração das atividades financeiras foi bastante superior do que a do PIBpm. A expansão territorial das finanças, com a redução do seu grau de concentração, ajustou-se a concentração com o PIBpm, que representa o produto das atividades econômicas do país. Em 2006, ambas as variáveis apresentavam o mesmo grau de concentração. Desta forma, podemos verificar quantitativamente o ajuste territorial das finanças no Brasil (Ver Gráfico 2).

Gráfico 2: Ajuste Territorial das Finanças no Brasil: Variação do IHH do Número de Empresas de Atividades Financeiras Totais X Variação do IHH do PIBpm – 1996 a 2006

Fonte: IBGE

Elaborado pela autora

A combinação entre os ajustes temporal e territorial é denominada pelo Harvey (2003) de ordenação espaço-temporal. A partir do próxima capítulo iremos analisar como ocorreu essa ordenação em cada um dos três grandes tipos de atividades financeiras no Brasil. Entretanto, para sermos coerentes com o conceito de território discutido no primeiro capítulo iremos denominar essa de ordenação territorial.

Neste capítulo iremos analisar a nova ordenação territorial das finanças no Brasil, como esta ocorreu, quais foram os principais fatores de formação e suas consequências. Para tanto, examinaremos a ordenação de cada um dos três grandes tipos de atividades financeiras no país. A combinação dessas três ordenações levou a nova ordenação territorial das finanças no Brasil.

5.1 A Ordenação Territorial das Atividades Financeiras no Brasil

A análise dos ajustes temporal e territorial das finanças é necessária para podermos examinar a ordenação territorial das finanças, a qual é formada a partir da combinação desses ajustes. As finanças são composta de três grandes tipos de atividades financeiras, a saber: intermediação financeira, seguros e previdência, e atividades financeiras auxiliares. Assim, para analisarmos a ordenação territorial das finanças precisamos analisar a ordenação territorial de cada tipo de atividade financeira. Sendo assim, nas seções sobre a ordenação territorial das atividades financeiras iremos analisar o crescimento de cada um dos três grandes tipos de atividades financeiras, correspondendo ao ajuste temporal, assim como analisaremos a redução de concentração dessas atividades, que representa o ajuste territorial das finanças.

5.1.1 Atividades de Intermediação Financeira

O número de empresas de intermediação financeira teve um crescimento exponencial durante o período que compreende o nosso estudo. Em particular, o período entre 1998 e 2001 apresentou as maiores taxas de crescimento. Em 2006 as empresas de intermediação financeira apresentaram um crescimento de 349,32% em relação ao ano de 1996 (Ver Gráfico 3).

Gráfico 3: Taxa de Crescimento do Número de Empresas de Intermediação Financeira – ano base 1996

Fonte: IBGE

Elaborado pela autora

O forte aumento das taxas de crescimento ocorreu devido a diversos fatores, dos quais destacaremos os principais. Um deles refere-se ao processo de reestruturação bancária com o PROER e o PROES, que fortaleceu e privatizou o sistema bancário nacional. Um segundo fator foi a estabilidade da moeda, que acarretou no fim do imposto inflacionário, no aumento de poder de compra e na diminuição da preferência pela liquidez. Estas consequências da estabilidade da moeda, que levaram ao fim o imposto inflacionário e

aumento do poder de compra da população, tiveram um maior impacto nas regiões onde em 1996 tinham as menores concentrações do PIBpm, ou seja, as regiões que detinham renda populacional mais baixas. Isso fez com que as maiores taxas de crescimento das atividades financeiras intermediárias ocorressem exatamente nessas regiões, que foram mais impactadas com as consequências da estabilidade da moeda. Um terceiro fator refere-se ao meio TCI e o custo de transmissão. As atividades de intermediação financeira utilizam mais as “informações simples padronizadas” (ISP), a qual com o avanço do meio do TCI há uma redução no custo de transmissão. Isso favorece a expansão territorial das atividades de intermediação financeira.

O quarto e último dos principais fatores que analisaremos é a necessidade da proximidade da demanda e oferta financeira. Esta faz com que o volume da demanda financeira regional influencie no tipo de atividade financeira ofertada regionalmente. A estabilidade da moeda e os avanços do meio TCI levaram a criação de novos produtos financeiros para abarcar novos nichos de mercado, isso ocorreu sobretudo nas atividades de intermediação financeira, que passaram a necessitar de um volume de demanda financeira menor. Estas atividades passaram a ofertar novos produtos e atrativos financeiros, como juros mais baixos e um maior tempo para quitar os seus financiamentos, para a população de renda mais baixa, aquela que na época da hiperinflação era afetada pelo pagamento do imposto inflacionário. Sendo assim, as atividades de intermediação financeira foram fortemente favorecidas pela estabilidade da moeda, a qual levou ao fim do imposto inflacionário e a um aumento do poder de compra da população de renda mais baixa. Isso fez com que reduzisse a preferência pela liquidez e aumentasse a demanda financeira, principalmente nas regiões onde apresentavam baixa concentração de atividades financeiras, como as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Apesar dessas regiões terem aumentado a sua demanda financeira, o volume dessa demanda ainda é baixo, pois o aumento dessa demanda ocorreu fundamentalmente devido as consequências da estabilidade da moeda e não por uma melhora significativa da sua economia regional (Ver Figura 3).

Figura 3: Concentração X Crescimento no Brasil: Número de Empresas de Intermediação Financeira (NEIF) - por Unidade Federativa, ano base: 1996

Fonte: IBGE

Elaborado por Clarisse Coutinho com Philcarto - <http://philcarto.free.fr>

A necessidade de um volume de demanda financeira mais baixa associado com um aumento desse tipo de demanda, na maior parte do território nacional, fizeram com que as atividades de intermediação financeira aumentassem, significativamente, as suas taxas de crescimento. As altas taxas de crescimento principalmente nas regiões regiões que detinham as menores concentrações, como as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste levou a uma altíssima redução da concentração das atividades de intermediação financeira entre 1996 e 2006.

A concentração das empresas de intermediação financeira em 1996 apresentava um alto grau de concentração, com o IHH de 0,2437. Sendo que como já mencionamos anteriormente, um IHH acima de 0,18 já é considerado com um índice alto de concentração e entre 0,18 e 0,10 que há algum grau de concentração. Ao longo do período analisado verificamos que o nível de concentração das atividades de intermediação financeira reduziu significativamente. Em 2006, o IHH foi de 0,1239, sendo assim reduziu em quase a metade a concentração das atividades de intermediação financeira (Ver Gráfico 4).

Gráfico 4: Variação do IHH das Empresas de Intermediação Financeira – 1996 a 2006

Fonte: IBGE
Elaborado pela autora

Apesar de ainda ser considerada com uma atividade concentrada, esta deixou de ser muito alta. A maior queda da redução da concentração ocorreu entre os anos de 1998 e 2001, os mesmos em que apresentam as maiores taxas de crescimento dessa atividade. Como as maiores taxas de crescimento dessas atividades ocorreu nas regiões onde havia as menos taxas de concentração dessas atividades, isso fez com que o índice de concentração também reduzisse mais no período onde ocorreu as maiores taxas de crescimento.

5.1.2 Atividades de Seguros e Previdência

As empresas financeiras de seguros e previdência apresentaram uma grande flutuação das suas taxas de crescimento durante o período do nosso estudo. Entre os anos de 1997 e 2000 as taxas de crescimento foram negativas, ou seja, entre esses anos houve um decrescimento, uma redução do número de empresas de seguros e previdência, em torno de 20% em relação ao ano de 1996, que é o ano base da nossa pesquisa (Ver Gráfico 5).

Gráfico 5: Taxa de Crescimento do Número de Empresas de Seguros e Previdência – ano base 1996

Fonte: IBGE

Elaborado pela autora

Entre os anos de 2001 e 2003 as taxas de crescimentos mantêm uma estabilidade próximas a 0% em relação ao nosso ano base. A partir do ano de 2004 as taxas de crescimento passam a ser positivas, apresentando um crescimento de 15,26% neste ano. No ano seguinte, em 2005, ocorre o pico de crescimento do período com uma taxa de 34,05% em comparação a 1996. Entretanto, em 2006 há uma redução dessa taxa para 15,47%, praticamente voltando ao patamar do ano de 2004.

Dentre as atividades financeiras analisadas a atividade de seguros e previdência é a que apresenta a maior instabilidade em seu crescimento. Além disso, também é a única que apresentou taxas de crescimento negativo, ou seja, decrescimento foram as atividades de seguros e previdência. Contudo, a análise mostra que apesar de apresentarem as menores taxas de crescimento, ao longo do período há uma tendência, ainda que instável, de crescimento. No início do período as taxas eram negativas em torno de 20% ao passo que final do período as taxas passam a ter valores positivos em torno de 15%. Portanto, apresentando uma tendência de crescimento instável.

A grande flutuação das taxas de crescimento das atividades financeiras de seguros e previdência ocorreu devido a diversos fatores, dentre os quais analisaremos os mais relevantes para o nosso estudo. Um dos principais fatores refere-se a estabilidade da moeda, que ao contrário das demais atividades financeiras, teve um impacto desfavorável para as atividades de seguros e previdência. Estas atividades trabalham com a gestão de risco, que tem como base a situação econômica nacional. A estabilidade da moeda acarretou na redução da incerteza no sistema monetário e financeiro nacional, com uma menor incerteza os riscos são menores, o que faz diminuir a demanda por serviços de gestão de risco. Um segundo fator é a necessidade da demanda e oferta serem próximas e com isso o volume de demanda financeira regional afeta o tipo de atividade financeira a ser ofertada regionalmente. As atividades financeiras de seguros e previdência demandam um volume financeiro de moderado a alto, isso faz com que as empresas financeiras, que exerçam essa atividade, tendam a territorializar-se em regiões onde há esse tipo de

demanda financeira. Considerando que a maioria das regiões do Brasil apresentam uma demanda financeira com baixo volume, isso faz com que as atividades de seguros e previdência tentem a concentrar-se em poucas regiões brasileiras. Um terceiro fator refere-se ao meio TCI e o custo de transmissão, os quais não tem uma importância muito significativa para o aumento de demanda e oferta para as atividades de seguros e previdência e logo para o seu crescimento. Por isso, os avanços do meio TCI não contribuiu muito para o crescimento dessas atividades. Além disso, não houve desregulamentações financeiras ou planos que favorecessem o crescimento das atividades de seguros e previdência. Dentre os fatores mencionados, a estabilidade da moeda e o volume da demanda financeira, que essas atividades necessitam, fizeram com que essas atividades tivessem altas flutuações nas suas taxas de crescimento, com taxas negativas em vários anos. Isso fez com que o resultado final do seu crescimento no período analisado fosse o mais baixo dentre as atividades financeiras estudadas neste trabalho.

O baixo crescimento das atividades de seguros e previdência, entre 1996 e 2006, levou uma pequena queda na redução da concentração dessas atividades. Essa queda ocorreu sobretudo devido a um decréscimo dessas atividades em UF's que detinham alta concentração como São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, houve um crescimento mais alto nas regiões Norte e Nordeste em comparação com as demais regiões que detinham uma concentração mais alta como o Sudeste, Sul e Centro-Oeste (Ver Figura 4).

Figura 4: Concentração X Crescimento no Brasil: Número de Empresas de Seguros e Previdência Complementar (NESP) - por Unidade Federativa, ano base: 1996

Fonte: IBGE

Elaborado por Clarisse Coutinho com Philcarto - <http://philcarto.free.fr>

As empresas financeiras de seguros e previdência apresentavam um IHH de 0,1769 em 1996, passados dez anos o seu IHH foi de 0,1283 em 2006. Assim, deixou de ser considerado de altamente concentrado em 1996 para concentrado em 2006 (Ver Gráfico 6). Entretanto, a queda na concentração durante o período analisado foi reduzida em comparação com as demais atividades financeiras.

Gráfico 6: Variação do IHH das Empresas de Seguros e Previdência – 1996 a 2006

Fonte: IBGE

Elaborado pela autora

5.1.3 Atividades Financeiras Auxiliares

O número de empresas financeiras auxiliares, ou seja, de mercado de capitais mostra uma tendência de crescimento crescente ao longo do período estudado. Entre 1997 e 2005 as taxas de crescimento apresentaram taxas cada vez mais altas em relação ao ano anterior. O único ano em que isso não ocorreu foi em 2006, que apresentou uma ligeira queda em relação a 2005. Ainda assim, o ano de 2006 teve um crescimento de 105,74% em relação ao ano base de 1996 (Ver Gráfico 7).

Gráfico 7: Taxa de Crescimento do Número de Empresas Financeiras Auxiliares – ano base 1996

Fonte: IBGE

Elaborado pela autora

Dentre as atividades financeiras analisadas, as atividades financeiras auxiliares foi a que apresentou taxas de crescimento mais regulares, sem grandes flutuações. Entretanto, a taxa de crescimento acumulado ao longo do período não é considerada muito alta, sendo inferior as taxas de crescimento da economia nacional analisada pelo crescimento do PIBpm que apresentou um crescimento de 204,21% nesse mesmo período.

O moderado crescimento do número de empresas financeiras auxiliares ocorreu devido a fatores similares as das demais atividades financeiras já analisadas, mas com impactos e conseqüências diferentes, devido a especificidade de cada uma delas. Um deles refere-se ao processo de abertura financeira brasileira, através das desregulamentações financeiras que permitiram uma alta entrada de capitais externos no sistema financeiro internacional, sobretudo no mercado de capitais. Isso aumentou o volume e a circulação do capital financeiro negociado no mercado de capitais, ou seja, nas atividades financeiras auxiliares.

Um segundo fator é a necessidade da proximidade entre demanda e oferta financeira, sendo que o volume da demanda financeira regional influencia no tipo de oferta financeira regional. As atividades financeiras auxiliares necessitam um alto volume de demanda financeira em suas atividades. Isso faz com que essas atividades concentrem-se territorialmente sobretudo em regiões como o Sudeste do Brasil, onde há um maior volume de demanda financeira, pois nessa região é onde concentra-se a maior parte do PIB nacional, em especial na UF de São Paulo. A necessidade de um alto volume de demanda financeira fez com que o fim do imposto inflacionário não influenciasse tanto para o crescimento dessa atividade. Um terceiro fator corresponde ao meio TCI e ao custo de transmissão, as atividades financeiras auxiliares fazem uso com mais intensidade das “informações complexas sofisticadas” (ICS). O avanço do meio TCI permite uma maior eficiência nesse tipo de informação, permitindo fazer negociações em maiores volumes em um tempo cada vez menor, além de produzirem cálculos mais precisos, reduzindo os riscos nas negociações. Entretanto, a necessidade de trabalhar com ICS fazem com que haja investimentos permanentes no avanço do meio TCI, utilizando a produção mais recente desse meio. Isso faz com que os avanços do meio TCI aumente a eficiência das atividades financeiras auxiliares, mas não há uma significativa redução dos seus custos de transmissão. Consequência disso, é uma maior dificuldade de expandir essas atividades territorialmente. Além disso, a necessidade de um alto volume de demanda financeira também torna a sua expansão territorial mais limitante. Portanto, ambos os fatores contribuem para a concentração das atividades financeiras auxiliares.

Entre 1996 e 2006, as atividades financeiras auxiliares não apresentaram uma redução significativa na sua concentração, mantendo praticamente estável. O índice IHH do período inicia-se em 1996 em 0,2261 em ligeira queda até 1999, onde chega a 0,2130, permanecendo muito alto. Apesar disso, a partir do ano de 1999 esse índice começa a elevar-se, alcançando do seu pico em 2003, quando chega a 0,2308. Os anos seguintes até 2006 há uma oscilação, mas termina o período de estudo com o índice acima dos 0,2229

(Ver Gráfico 8). Apesar da flutuação do IHH no período analisado, há uma tendência de manter a concentração das atividades financeiras auxiliares.

Gráfico 8: Variação do IHH das Empresas Financeiras Auxiliares - 1996 a 2006

Fonte: IBGE
Elaborado pela autora

A partir de 2000 com a transferência das negociações com ações da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a BVRJ, para a bolsa de valores de São Paulo fez com que muitas empresas financeiras auxiliares deslocassem-se para o Estado de São Paulo. Em 2002 a BVRJ foi adquirida pela BM&F, de São Paulo, e passou a negociar somente títulos imobiliários e leilões. Isso favoreceu ainda mais a concentração das atividades financeiras na UF de São Paulo, onde ocorre a maior concentração dessas atividades e também onde territorializa-se a maior bolsa de valores atualmente da América Latina e a terceira maior do mundo, a BM&F-BOVESPA. Conseqüência disso é que as empresas financeiras auxiliares são atraídas para instalarem-se cada vez mais na UF de São Paulo.

Assim, a UF de São Paulo apresentou um aumento da participação das empresas financeiras auxiliares, em 1996 foi de 42,79% e em 2006 foi de 43,38% (Ver Figura 5).

Figura 5: Concentração X Crescimento no Brasil: Número de Empresas de Atividades Financeiras Auxiliares (NEAX) - por Unidade Federativa, ano base: 1996

Fonte: IBGE

Elaborado por Clarisse Coutinho com Philcarto - <http://philcarto.free.fr>

Entretanto, as regiões que tiveram as maiores taxas de crescimento foram as que apresentavam as menores taxas de concentração, sobretudo a região Norte. Em particular, a UF do Amapá apresentou 1.800% de crescimento em relação ao ano base de 1996. O alto crescimento das regiões que tinham as menores concentrações não foram suficientes para reduzir as taxas de concentração dessa atividade financeira.

5.2 A Nova Ordenação Territorial das Finanças no Brasil

A combinação das ordenações territoriais de cada atividade financeira no Brasil acarretou em uma nova ordenação territorial das finanças no país. Esta ocorreu sobretudo devido ao elevado crescimento e expansão territorial das atividades de intermediação financeira. Sendo assim, os seus principais fatores de formação foram: a abertura financeira da década de 1990, a reestruturação do sistema bancário nacional, estabilidade da moeda, o aumento da demanda financeira regional de baixo volume e o avanço do meio técnico-científico-informacional.

As diferenciadas taxas de crescimento das três atividades financeiras atrelada às diferentes variações da redução de concentração levou a mudança da estrutura da composição do Sistema Financeiro Nacional. Esta mudança foi uma das principais consequências da nova ordenação territorial das finanças no Brasil.

Durante o período de 1996 a 2006, houve uma mudança na estrutura de composição do sistema financeiro nacional. Em 1996, o país ainda estava assimilando as mudanças regulatórias do sistema financeiro, como também o processo de estabilização da moeda e os novos impulsos dos avanços do TCI, como por exemplo a difusão da internet no país. Nesse contexto, o sistema financeiro brasileiro era composto majoritariamente pelas empresas de atividades financeiras auxiliares (NEAX), ou seja, pelo mercado de capital, que representava 53,37% do total das atividades financeiras. Sendo seguidas das empresas de intermediação financeiras (NEIF), que possuíam 30,52% e depois pelas empresas de

seguros e previdência (NESP), que detinham 16,11% do total das empresas financeiras do país (Ver Gráfico 9).

Gráfico 9: Estrutura de Composição do Sistema Financeiro Nacional em 1996

Fonte: IBGE

Elaborado pela autora

A estrutura de composição do sistema financeiro nacional começou a ter uma mudança significativa a partir de 1999. Isso ocorreu devido ao alto crescimento em acumulado das empresas de intermediação financeira, que passou de 15,05% em 1998 para 153,62% em 1999, seguindo em um crescimento exponencial nos anos subseqüentes.

As empresas financeiras auxiliares apresentaram um crescimento bem menor, em 1998 foi de 29,97% e em 1999 de 45,47%. Essas empresas nos anos posteriores também tiveram taxas de crescimento mais baixas que as das empresas de intermediação financeira (Ver Gráfico 10). Isso fez com que as empresas de intermediação financeira passassem de 28,2% da sua participação do total de empresas financeiras, em 1998, para 44,3% em 1999, praticamente empatando com as empresas financeiras auxiliares que nesse ano tiveram apenas 44,5% da participação total da composição de empresas financeiras no Brasil (Ver Gráfico 10).

Gráfico 10: Variação da Estrutura de Composição do Sistema Financeiro Nacional – 1996 a 2006

Fonte: IBGE

Elaborado pela autora

Portanto, ao longo do período de 1996 a 2006 mudou-se a estrutura da composição do sistema financeiro nacional. No último ano desse período, em 2006, as empresas financeiras que representavam majoritariamente o sistema financeiro nacional eram as empresas de intermediação financeira, ou seja, essencialmente o setor bancário, que correspondia a 51,64% do total das empresas financeiras do país. Sendo seguido das empresas financeiras auxiliares, com 41,35% e das empresas de seguros e previdências que passaram a representar apenas 7,01% do total (Ver Gráfico 11).

Gráfico 11: Estrutura de Composição do Sistema Financeiro Nacional em 2006

Fonte: IBGE

Elaborado pela autora

A mudança da estrutura da composição do sistema financeiro nacional ocorreu devido as grandes diferenças nas taxas de crescimento dos três tipos de empresas financeiras. Apesar das empresas financeiras auxiliares e das empresas de intermediação financeiras apresentarem ambas crescimento positivo entre o período de 1996 a 2006, a diferença entre as suas taxas de crescimento foram muito altas.

As empresas de intermediação financeira em 2006 tiveram uma taxa de crescimento acumulado de 349,32%. Enquanto as empresas financeiras auxiliares apresentaram em 2006 um crescimento de 105,74% em relação as taxas de 1996. Já as taxas de crescimento acumulado das empresas de seguros e previdência tiveram apenas 15,47% de crescimento em 2006 (Ver Gráfico 12). Devido a essas elevadas taxas de crescimento das empresas de intermediação financeira, em comparação as taxas de crescimento das empresas financeiras auxiliares e as de seguros e previdência, houve uma significativa alteração da estrutura de composição do sistema financeiro nacional.

Gráfico 12: Comparação das Taxas de Crescimento das Três Atividades Financeiras

Fonte: IBGE

Elaborado pela autora

As diferenciadas taxas de crescimento dos três principais tipos de atividades financeiras fizeram com que as taxas de concentração dessas atividades também alterassem significativamente. Os três tipos de atividades financeiras no início do período estudado apresentavam altas taxas de concentração. A atividade que apresentava a maior taxa de concentração em 1996 era as atividades de intermediação financeira, com o IHH de 0,2437, seguido das atividades financeiras auxiliares, com o IHH de 0,2261 e as atividades de seguros e previdência que eram as apresentavam as menores taxas de concentração, com o IHH de 0,1769. Sendo assim, como todas as atividades financeiras tinham o IHH muito próximo ou superior a 0,18 concluímos que o setor financeiro nacional era altamente concentrado em todas as suas atividades (Ver Gráfico 13).

Gráfico 13: Comparação do IHH das Três Atividades Financeiras

Fonte: IBGE

Elaborado pela autora

Durante o período estudado houve uma redução da concentração das três atividades financeiras. Em particular, as atividades de intermediação financeira foram as que apresentaram a maior redução da concentração. No início do período, em 1996, era a atividade que apresentava o maior índice de concentração, enquanto que ao final do período, em 2006, foi a que apresentou o menor índice de concentração, com o IHH de 0,1239. Em seguida, a atividade que apresentou a menor redução de concentração, que praticamente manteve o mesmo nível de concentração do início ao final do período, foram as atividades financeiras auxiliares, que passaram a ter em 2006 um IHH de 0,2229. Por último, as atividades que apresentaram a segunda maior redução de concentração foram as atividades financeiras de seguros e previdência, que passaram a ter um IHH de 0,1283 em 2006. Verificamos, portanto, uma grande diferença entre a redução da concentração dessas três atividades financeiras durante o período analisado (Ver Figura 6).

Figura 6: A Nova Ordenação Territorial das Finanças no Brasil - por Unidade Federativa

Fonte: IBGE

Elaborado por Clarisse Coutinho com Philcarto - <http://philcarto.free.fr>

O significativo crescimento e redução da concentração das atividades financeiras entre 1996 e 2006, sobretudo das atividades de intermediação financeira acarretou em uma nova ordenação territorial das finanças no Brasil. Sendo assim, verificamos que as atividades de intermediação financeira foram as principais responsáveis pelos ajustes temporal e territorial no Brasil contemporâneo. Isso implicou não só na mudança da estrutura de composição do Sistema Financeiro Nacional, como também em uma nova distribuição territorial das finanças no Brasil.

As altíssimas taxas de crescimento das atividades de intermediação financeiras, entre 1996 e 2006, principalmente, nas regiões do Nordeste, Centro-Oeste e Norte, acarretou na mudança da estrutura de composição financeira nessas regiões. Doravante, as atividades de intermediação financeira passam a ser a principal atividade financeira na maioria das UF's das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Cabe ressaltar que juntas essas regiões representam a maior parte da extensão territorial do Brasil.

Em contrapartida, as taxas de crescimento das atividades de intermediação financeira, entre 1996 e 2006, nas regiões Sudeste e Sul não foram suficiente para alterar a principal atividade financeiras dessas regiões, que continua a ser as atividades financeiras auxiliares. Exceção a isso são as UF's de Minas Gerais e Espírito Santo, que passaram a ter as atividades de intermediação financeira como a principal atividade financeira de seus territórios. Em particular, a UF de Minas Gerais não só apresentou essa mudança como também aumentou significativamente o numero de empresas financeiras de 1996 para 2006, passando a ser a segunda maior UF em concentração de atividades financeiras totais no Brasil. Apesar da maioria das UF's das regiões Sudeste e Sul continuarem a ter as atividades financeiras auxiliares como a principal atividade financeira em seus territórios, houve em geral um aumento da participação das atividades de intermediação financeira e uma diminuição da participação tanto das atividades de seguros e previdência, como também das atividades financeiras auxiliares.

Verificamos, assim, que a maior participação das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte nas atividades financeiras nacional e uma preponderância nessas regiões, além das UF's de Minas Gerais e Espírito Santo, das atividades de intermediação financeira. Estas foram as principais responsáveis pela mudança na estrutura da composição das atividades financeiras no país. Doravante, as atividades de intermediação financeira passam a ser a principal atividade financeira no Brasil.

O significativo crescimento e redução da concentração das atividades financeiras no Brasil acarretou em uma maior participação das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte nas atividades financeiras do país. Em contrapartida, as regiões Sudeste e Sul, apesar de terem apresentado um crescimento das atividades financeiras, reduziram a sua participação financeira em nível nacional. Desta forma, verificamos uma nova distribuição territorial das atividades financeiras no Brasil.

A expansão e a redução da concentração das atividades financeiras no Brasil entre 1996 e 2006, ou seja, os ajustes temporal e territorial brasileiro contemporâneo, levaram a uma nova distribuição das finanças no país, com uma maior participação financeira das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte do país. Contudo, apesar da forte redução da concentração das atividades financeiras, estas não deixaram de ser centralizadas, permanecendo com as maiores concentrações das atividades financeiras nas regiões Sudeste e Sul. Cabe destacar a expressiva concentração das atividades financeiras na UF de São Paulo. Apesar desta ter reduzido a sua concentração financeira de 1996 para 2006, continua a ser disparadamente a UF que mais concentra atividades financeiras no Brasil, com mais do dobro da quantidade de empresas financeiras que a UF de Minas Gerais, que em 2006 foi a segunda UF que mais concentrou empresas financeiras no país. Sendo assim, a UF de São Paulo continua sendo o principal território financeiro no Brasil. Portanto, os ajustes temporal e territorial levaram a uma nova ordenação territorial das finanças no Brasil contemporâneo. Esta teve como principais conseqüências a mudança da estrutura de composição do Sistema Financeiro Nacional e apesar da significativa redução de concentração das finanças, esta

não implicou em uma descentralização das mesmas, nem na redução da concentração da economia do país.

A pesquisa procurou ao longo dos seus cinco capítulos analisar a nova ordenação territorial das finanças no Brasil, entre 1996 e 2006, como esta ocorreu, quais foram os principais fatores de formação e suas conseqüências.

Verificamos, primeiramente, que há uma limitação da abordagem teórica do David Harvey para explicar como os ajustes temporal e territorial ocorrem regionalmente. Por isso, fizemos uso da abordagem teórica Pós-keynesiana sobre finanças regionais, do conceito do meio técnico-científico-informacional, da análise estatística e de cartografia temática. Desta forma, analisamos teórica e empiricamente como os ajustes temporal e territorial ocorreram no Brasil entre 1996 e 2006.

O ajuste temporal teve início no Brasil a partir do seu processo de abertura financeira. Esta ocorreu devido ao forte endividamento do país, que foi agravado com a crise da dívida. Isso fez com que o país tornasse-se mais vulnerável às pressões das políticas neoliberais, que forçaram a abertura financeira do Brasil. Para tanto, foi necessário um processo de desregulamentação financeira que permitiu a entrada de capitais externos, a estabilização da moeda, privatizações e a reestruturação do sistema bancário nacional, para que o mesmo pudesse fortalecer-se. Estes foram os principais fatores que permitiram o início do ajuste temporal no Brasil.

Tentamos mostrar empiricamente a presença do ajuste temporal através da comparação da taxa de crescimento acumulado do número de empresas financeiras e do PIBpm. Esta comparação revelou que o crescimento da quantidade de empresas financeiras, durante a maior parte do período do nosso estudo, superou o crescimento do PIBpm. Evidenciando, assim, uma intensificação das atividades financeiras no país. Desta forma, procuramos mostrar de forma empírica como ocorreu o ajuste temporal no Brasil contemporâneo.

A análise empírica do ajuste territorial, feita através da comparação entre a redução de concentração das empresas financeiras e PIBpm, revelou que a concentração das atividades financeiras reduziu até alcançar o mesmo grau de concentração do PIBpm. Assim, a redução de concentração financeira ajustou-se ao grau de concentração do PIBpm. Verificamos que o ajuste territorial das finanças no Brasil ocorreu por meio da expansão das atividades financeiras, em especial nas regiões onde haviam baixas taxas de concentração, isso levou a uma significativa redução de sua concentração. Desta forma, a concentração das atividades financeiras ajustou-se a concentração da produção econômica do país. Assim, tentamos mostrar como ocorreu o ajuste territorial das finanças no Brasil empiricamente.

A verificação da presença dos ajustes temporal e territorial das finanças no Brasil levava-nos a concluir que houve uma ordenação territorial das finanças no país. Para sabermos como ocorreu essa ordenação precisávamos analisar a ordenação de cada atividade financeira que compõem as finanças do país, as quais são: intermediação financeira, seguros e previdência, e atividades financeiras auxiliares. Dentre essas atividades, a que mais influenciou nos ajustes temporal e territorial das finanças no Brasil foi a atividade de intermediação financeira, ou seja, o setor bancário. Isso ocorreu pois essa foi a atividade que teve mais fatores favoráveis para o seu crescimento após o início do processo que propiciou o ajuste temporal no país.

O alto crescimento das atividades de intermediação financeira ocorreu principalmente nas regiões onde haviam as menores taxas de concentração de atividades financeiras. Isso acarretou em uma significativa redução de concentração não só dessas atividades, mas como das atividades financeiras em geral. O alto crescimento das atividades de intermediação financeira nessas regiões ocorreu devido ao aumento de demanda financeira regional nas mesmas. Esse aumento foi ocasionado pela estabilidade da moeda, que acarretou no fim do imposto inflacionário e no aumento do poder de compra da população com renda mais baixa. Essas conseqüências da estabilidade da moeda, atrelada a uma

menor incerteza no sistema monetário e financeiro, levaram a uma diminuição da preferência pela liquidez regional. Esta implicou no aumento da demanda financeira regional. Contudo, essa demanda financeira era de baixo volume na maioria das regiões.

O baixo volume da demanda financeira na maior parte das regiões do país ocorreu pois a condições econômicas regionais em pouco alteraram. A exemplo disso foi a permanência da concentração regional do PIBpm. Isso fez com que o aumento da demanda financeira regional ocorresse devido ao fim do imposto inflacionário que levou a um aumento do poder de compra da população de renda mais baixa. Por isso, o volume da demanda financeira era baixo nas regiões que tiveram a sua demanda financeira elevada devido ao fim do imposto inflacionário.

Além disso, o crescimento e expansão territorial das atividades de intermediação financeira foi favorecido pelo avanço do meio TCI. Essas atividades por utilizarem “informações simples padronizadas” faz com que os avanços do meio TCI reduza consideravelmente seu custo de transmissão. Assim, favorecendo a sua expansão territorial. O avanço do meio TCI e a estabilização da moeda favoreceram a criação de novos produtos e atrativos financeiros para abarcar a essa nova demanda financeira, que tinha um baixo volume. Assim, as atividades de intermediação financeira expandiam-se para novas regiões, as quais formavam-se novos mercados para essas atividades. Ademais, a reestruturação do sistema bancário nacional também foi um outro importante fator que contribuiu com a expansão regional das atividades de intermediação financeira. O setor bancário doravante privatizado buscava novos mercados para realização dos seus lucros. Verificamos, assim, que parte do aumento do poder de compra da população de renda mais baixa ocasionada pelo fim do imposto inflacionário transformou-se em lucro para os para os banqueiros.

A grande expansão das atividades de intermediação financeira levou a alteração da estrutura de composição do Sistema Financeiro Nacional. No início do período do nosso estudo, em 1996, a principal atividade financeira do país era a atividade financeira auxiliar.

O elevado crescimento das atividades de intermediação financeira, em comparação com as demais, fez com que alterasse a estrutura de composição do Sistema Financeiro Nacional, passando ser a atividade de intermediação financeira a principal atividade financeira do país.

A maior participação das atividades de intermediação financeira ocorre nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, onde essas atividades tiveram as maiores taxas de crescimento. Isso fez com que essas regiões aumentassem a sua participação nacional nas atividades financeiras do país. Como também fez com que reduzisse significativamente o grau de concentração das atividades financeiras em geral.

Assim, verificamos que a nova ordenação territorial das finanças no Brasil, que ocorreu sobretudo devido ao grande crescimento e expansão territorial das atividades de intermediação financeira. Desta forma, os seus principais fatores de formação foram: a abertura financeira da década de 1990, a reestruturação do sistema bancário nacional, a estabilidade da moeda, o aumento da demanda financeira regional de baixo volume e o avanço do meio técnico-científico-informacional. As principais conseqüências foram: a mudança na estrutura de composição do Sistema Financeiro Nacional, que passou a ter a atividade de intermediação financeira como principal atividade financeira do país e apesar da redução da concentração das finanças, esta não descentralizou das mesmas, como também não implicou na redução da concentração econômica do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro, Contraponto; São Paulo, Editora UNESP, 1996.

ARROYO, M. *Território Nacional e Mercado Externo: Uma leitura do Brasil na virada do século XX*. Tese de Doutorado, USP, 2001.

CARVALHO, F. J. C. *A Economia Keynesiana e a Moeda na Economia Moderna*. In: CROCCO, M.; JAYME JR, F. G (Orgs.) *Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte, Editora Autentica, 2006.

CHESNAIS, François. *A mundialização Financeira: gênese, custos, riscos*. São Paulo: Xamã, 1998

_____. *A Finança Mundializada*. São Paulo, Boitempo, 2005.

CROCCO, M.; FIGUEIREDO, A. T. L. *Estratégias Bancárias Diferenciadas no Território: uma análise exploratória*. In: I ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 2008. Campinas. Anais, Campinas: AKB, 2008.

DENT, D.B. *Cartography: Thematic Map Design*. WCB, England, 1993.

DALL'ACQUA, F. M. *Crise dos Bancos Estaduais: o caso do Banespa*. São Paulo, FGV/Eaesp, Relatório de Pesquisa nº. 7, 1997.

DOW, S.; RODRIGUEZ-FUENTES, C. *Um Survey da Literatura de Finanças Regionais*. In: CROCCO, M.; JAYME JR, F. G (Orgs.) *Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte, Editora Autentica, 2006.

FATTOUH, B. *Determinants of banks' location in the world's major financial centres*. University of London, Centre for Financial and Management Studies. Discussion Paper 09, SOAS, 2001.

GEHRIG, T. *Cities and the Geography of Financial Centers*. CEPR Discussion Paper, n. 1894, June 1998.

GROUP OF TEN. *Report on Consolidation in the Financial Sector*, 2001.
<http://www.bis.org>, January. Acesso: Setembro de 2009

GUTIÉRREZ, C. T. G. *A Reestruturação dos Bancos Estaduais Pós-Proes: Análise do Caso Banrisul*. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói, 2006

HARVEY, D. *The Limits to Capital*. London, Verso, 1982/2006.

_____. *O Novo Imperialismo*. São Paulo, Edições Loyola, 2003/2004.

_____. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo, Annablume, 2005

HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. In: Coleção “Os Pensadores”, São Paulo, Abril Cultural, 1910/ 1983

HOBSON, J. *A Evolução do Capitalismo Moderno*. São Paulo, Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”, 1906/ 1983

LEMOS, M. B. *Espaço versus Capital: um estudo sobre a dinâmica centro-periferia*. Campinas: IE/Unicamp, Tese de Doutorado, 1988.

LÊNIN, V. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo, Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”, 1916/1983

KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*. In: Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1936/1983.

LOPREATO, F. L. *O colapso das finanças estaduais e a crise da federação*. São Paulo, Ed. Unesp, 2004.

MARTIN, R. *Money and the Space Economy*. New York, John Wiley & Sons, 1999

MARTIN, R; SUNLEY, P (Org.) *Economic Geography: Critical Concepts in the Social Sciences*. London and New York, vols. I, II, V; Routledge, 2008

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. In: Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1857/1982.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III. In: Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1857/1982.

PARR, J. B., BUDD; L. *Financial services and the urban system: an exploration*. Urban studies v. 37, n.3, p.593-610. 2000.

PERROUX, F. *A economia do século XX*. 2ed. Paris: Herder, 1964.

_____. *The pole of development's new place in a general theory of economic activity*. In: HIGGINS, B.; SAVOIE, D. J. (Ed.) *Regional economic development*. Boston: Unwin Hyman, 1988. p. 48-76.

SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*, São Paulo: Hucitec, 1997.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo, Expressão Popular, 2007

SHY, O. *Industrial Organization: theory and applications*. London: The MIT Press, 1996

SICSÚ, J.; CROCCO, M. *Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro*. Economia, v. 4, n.1, jan./jun. 2003.

TSCHOEGL, A. *International banking centers. Geography, and foreign banks.* Financial Markets, Institutions & Instruments, v. 9, Issue 1, Feb. 2000.

VIDOTTO, C. A. *O Sistema financeiro brasileiro nos anos noventa. Um balanço das mudanças estruturais.* Tese de Doutorado, Unicamp-SP, 2002

_____. *O Proer no centro da reestruturação bancária brasileira dos anos noventa.* In: Anais do VI Congresso de História Econômica – Conservatória, RJ, 2005.

Mapa do Brasil
Divisão política por Unidade Federativa

Elaborado por Clarisse Coutinho com Philcarto - <http://philcarto.free.fr>

Detalhamento das Atividades Financeiras do Sistema Financeiro Nacional

Cada tipo de atividade financeira inclui empresas financeiras bastante específica que iremos apresentar a seguir. Com isso procuraremos apresentar cada um desses agregados que trabalhamos, detalhando explicando a função de cada uma das atividades financeiras que compõem esses agregados. Para tanto, baseamo-nos nas definições oficiais dadas pela Comissão Nacional de Classificação (Concla).

1. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Compreende todas as atividades com finalidade de criar, coletar e redistribuir fundos financeiros sob sua responsabilidade.

1.1 Banco Central

1.2 Intermediação Monetária – depósitos à vista

1.2.1 Bancos Comerciais

As atividades das instituições financeiras com o objetivo operacional principal de prover financiamento a curto e médio prazo a empresas e pessoas físicas, com captação de recursos junto ao público através da colocação de seus produtos no mercado (Certificado de Depósitos Bancários – CDB, Recibos de Depósitos Bancários – RDB) ou através da obtenção de financiamento junto a instituições oficiais ou no exterior, estando autorizadas a receber depósitos à vista em contas correntes. Atuam também na prestação de serviços bancários (cobrança de títulos, arrecadação de tributos).

1.2.2 Bancos Múltiplos (com carteira comercial)

As atividades das instituições financeiras que concentram em uma única empresa atividades operacionais distintas, que são denominadas carteiras, estando autorizadas a receber depósitos à vista, em contas correntes. Para se caracterizar como banco múltiplo com carteira comercial, a instituição deve ter, no mínimo, duas das seguintes carteiras, sendo uma obrigatoriamente comercial:

- comercial;
- de investimento ou de desenvolvimento, a última exclusiva para bancos públicos;
- de crédito imobiliário;
- de crédito financiamento e investimento;
- de arrendamento mercantil (leasing financeiro)

1.2.3 Caixas Econômicas

As atividades de instituições financeiras integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e do Sistema Financeiro de Habitação, como agente do Tesouro Nacional no cumprimento de programas governamentais de cunho socioeconômico, tendo sob sua gestão os recursos do Programa de Integração Social – PIS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Também exercem atividades típicas de bancos comerciais, sendo autorizadas a receber depósitos à vista em conta corrente.

1.2.4 Crédito Cooperativo

Compreende as atividades dos bancos comerciais constituídos com a participação exclusiva de cooperativas de crédito mútuo e de federações e confederações de cooperativas de crédito. Em sua razão social, obrigatoriamente, deve constar a expressão “Banco Cooperativo”. Atuam como bancos comerciais, porém restritos às Unidades da Federação em que se situam as sedes das pessoas jurídicas controladoras, sendo que podem firmar

convênio de prestação de serviços com cooperativas de crédito localizadas em sua área de atuação.

As cooperativas de crédito mutuo compreende as atividades das cooperativas que atuam na concessão de crédito aos cooperados. Apresentam quadro social formado por pessoas físicas que exercem determinada profissão ou atividades comuns, ou estejam vinculadas a determinada entidade e, excepcionalmente, por pessoas jurídicas que, na forma da lei, se conceituem como micro ou pequena empresa e que tenham por objetivo as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas, ou correlatas, ou, ainda aquelas sem fins lucrativos, cujos sócios integrem, obrigatoriamente, o quadro de cooperados.

As cooperativas de crédito rural compreende as atividades das cooperativas que atuam na concessão de crédito aos produtores rurais associados na comercialização de sua produção. Apresentam quadro social formado por pessoas físicas que, de forma efetiva e preponderante, desenvolvam, na área de atuação da cooperativa, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas.

1.2.4.1 Bancos Cooperativos

As atividades dos bancos comerciais constituídos com a participação exclusiva de cooperativas de crédito federações e confederações de cooperativas de crédito. Em sua razão social, obrigatoriamente, deve constar “Banco Cooperativo”. Atuam como bancos comerciais, porém restritos às Unidades da Federação em que sedes das pessoas jurídicas controladoras, sendo que podem firmar convênio de prestação de serviços com de crédito localizadas em sua área de atuação.

1.2.4.2 Cooperativas de Crédito Mutuo

As atividades das cooperativas que atuam na concessão de crédito aos cooperados. Apresentam quadro social por pessoas físicas que exercem determinada profissão ou atividades comuns, ou estejam vinculadas a entidade e, excepcionalmente, por pessoa jurídica que, na forma da lei, se conceituem com micro empresa e que tenham por objetivo as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas, ou correlatas aquelas sem fins lucrativos, cujos sócios integrem, obrigatoriamente, o quadro de cooperados. Esta sub-classe não compreende as atividades das cooperativas de crédito rural.

1.2.4.3 Cooperativas de Crédito Rural

As atividades das cooperativas que atuam na concessão de crédito aos produtores rurais associados na comercialização de sua produção. Apresentam quadro social formado por pessoas físicas que, de forma efetiva e preponderante, desenvolvam, na área de atuação da cooperativa, atividades agrícolas, pecuária ou extrativas.

1.3 Intermediação Não Monetária – outros tipos de depósito

1.3.1 Bancos Múltiplos (sem carteira comercial)

As atividades das instituições financeiras que concentram em uma única empresa atividades operacionais distintas, que são denominadas carteiras. Para se caracterizar como banco múltiplo sem carteira comercial, a instituição deve ter, no mínimo, duas das seguintes carteiras, sendo uma obrigatoriamente de investimento:

- de investimento ou de desenvolvimento, a última exclusiva para bancos públicos;
- de crédito imobiliário;
- de crédito financiamento e investimento;
- de arrendamento mercantil (leasing financeiro).

1.3.2 Bancos de Investimento

As atividades das instituições financeiras caracterizadas pela prática de operações de investimento, participação ou financiamento a prazos médios (superiores a um ano) e longo, para o suprimento de capital fixo ou de movimento de empresas do setor privado, mediante a aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros. Em sua denominação deve, obrigatoriamente, constar a expressão “Banco de Investimento”. Não podem captar recursos na forma de depósitos à vista em contas correntes.

1.3.3 Banco de Desenvolvimento

As atividades dos Bancos Estaduais de Desenvolvimento, que são instituições financeiras controladas pelos governos estaduais, cujo objetivo principal é fornecer os recursos necessários ao financiamento, a médio e longo prazos, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do estado em que tiverem sede. Não captam recursos através de depósitos à vista em contas correntes. Adotam, obrigatória e privativamente, em sua denominação, a expressão “Banco de Desenvolvimento”, seguida do nome do estado em que tenham sede.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que é a instituição responsável pela política de investimento de longo prazo do Governo Federal, com o objetivo básico de impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país, atenuando os desequilíbrios regionais, promovendo o desenvolvimento integrado das atividades agrícolas, industriais e de serviços e estimulando as exportações.

Esta atividade não compreende as agências de fomento.

1.3.4 Crédito Imobiliário

As sociedades de crédito imobiliário: instituições cujo objetivo é proporcionar amparo financeiro a operações imobiliárias relativas à incorporação, venda ou aquisição de habitação. Adotam obrigatoriamente em sua denominação a expressão “Crédito Imobiliário”.

As associações de poupança e empréstimo: instituições financeiras cujo objetivo é financiar a aquisição de casa própria, captar, incentivar e disseminar a poupança.

As companhias hipotecárias: instituições financeiras não subordinadas às normas do Sistema Financeiro de Habitação, tendo como objetivos principais:

- conceder financiamentos destinados à produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos;
- comprar, vender e financiar créditos hipotecários próprios ou de terceiros;
- administrar créditos hipotecários próprios ou de terceiros.

1.3.4.1 Sociedade de Crédito Imobiliário

As atividades das instituições cujo objetivo é proporcionar amparo financeiro a operações imobiliárias relativas à incorporação, construção, venda ou aquisição de habitação. Adotam obrigatoriamente em sua denominação a expressão “Crédito Imobiliário”.

1.3.4.2 Associações de Poupança e Empréstimo

As atividades das instituições financeiras cujo objetivo é financiar a aquisição de casa própria, captar, incentivar e disseminar a poupança.

1.3.4.3 Companhias Hipotecárias

As atividades das instituições financeiras não subordinadas às normas do Sistema Financeiro de Habitação, tendo como objetivos principais:

- conceder financiamentos destinados à produção reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos;
- comprar, vender e financiar créditos hipotecários próprios ou de terceiros;
- administrar créditos hipotecários próprios ou de terceiros.

1.3.5 Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento

As atividades das instituições financeiras dedicadas basicamente a operações de crédito, para financiamento de compra de bens e serviços efetuada por consumidor ou usuário final.

1.4 Arrendamento Mercantil

As atividades de organismos cujo objetivo principal é praticar operações de arrendamento mercantil de bens móveis, de produção nacional ou estrangeira, e bens imóveis adquiridos de terceiros para uso da arrendatária em sua atividade econômica. Adotam, obrigatoriamente e privativamente, em sua razão social, a expressão “Arrendamento Mercantil”. O arrendamento mercantil (leasing financeiro) é uma operação de financiamento, com duração aproximada da vida útil do bem, em que o tomador assume os riscos da utilização do bem e tem opção de compra ao termino do prazo contratual. Esta atividade não compreende a locação sem opção de compra.

1.5 Outras Atividades de concessão de crédito

1.5.1 Agencias de Fomento

As agencias de fomento: instituições financeiras com a finalidade de promover o saneamento dos Bancos Estaduais, que operam a partir de recursos do orçamento da União, estados e municípios, podendo captar recursos do BNDES e de instituições estrangeiras como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Banco Mundial. Não podem captar recursos junto ao público.

As agencias de fomento regional: instituições financeiras que atuam na concessão de financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos na unidade da federação onde tenha sede, cujo objetivo é promover o desenvolvimento da região em que atuam.

Esta atividade não compreende as atividades do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES.

1.5.2 Outras Atividades de Concessão de Crédito

As atividades de organismos que atuam em quaisquer outras formas de concessão de crédito, tais como:

- a administração de consórcios;
- a administração de cartão de crédito;
- a prestação de serviços de gestão empresarial conjugada com a compra de créditos (direitos) pelas empresas de factoring;
- a concessão de financiamento a clientela particular, geralmente membros da corporação, por entidade própria organizada para este fim, tal como as caixas de financiamento imobiliário do Exército, Marinha e Aeronáutica;
- as securitizadoras de crédito, com a função de emitir e transacionar títulos com lastros em créditos comerciais, industriais e rurais a receber;
- as sociedades de crédito ao microempreendedor;
- as atividades de concessão de crédito pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP;
- as atividades de organismos que atuam em quaisquer outras formas de concessão de crédito, não especificadas anteriormente.

Esta atividade não compreende:

- os clubes de investimento;
- as sociedades de participação;
- as sociedades de capitalização;
- as sociedades de crédito, financiamento e investimento.

1.5.2.1 Administração de Consórcios

As atividades realizadas pelas administradoras de consorcio que reúnem pessoas físicas e/ou jurídicas, em grupo fechado, com o objetivo de coleta de poupança destinada a aquisição de bens, conjunto de bens ou serviços turísticos, por meio de autofinanciamento.

Esta atividade não compreende as atividades dos consórcios de empregadores de mão-de-obra para a agricultura e pecuária.

1.5.2.2 Administração de Cartão de Crédito

As atividades realizadas pelas administradoras de cartão de crédito.

1.5.2.3 Factoring

As atividades de prestação de serviços de gestão empresarial conjugada com a compra de crédito (direitos) pelas empresas de factoring.

1.5.2.4 Caixas de Financiamento de Corporações

As atividades de concessão de concessão de financiamento à clientela particular, geralmente membros da corporação, por entidade própria organizada para este fim, como as caixas de financiamento imobiliário do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Não compreende: as atividades das sociedades de crédito imobiliário e as atividades das sociedades de crédito, financiamento e investimento.

1.5.2.5 Securitização de Créditos

As atividades das instituições que atuam na emissão e transação de títulos com lastros em créditos comerciais, industriais e rurais a receber:

- de uma única empresa comercial, industrial ou de prestação de serviços;
- de empresas comerciais, industriais e/ou de prestação de serviços sob controle comum;
- de empresas integrantes de uma mesma rede de revendedores de bens de consumo durável;

Compreende também a aquisição de direitos creditórios.

Esta atividade não compreende o factoring, o clube de investimentos, a sociedade de investimento, a sociedade de participação, a sociedade de capitalização e a sociedade de crédito, financiamento e investimento.

1.5.2.6 Sociedades de Crédito ao Microempreendedor

A concessão de financiamento exclusivamente a pessoas físicas e a pessoa jurídicas classificadas como microempresas para viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial de pequeno porte.

Não compreende:

- o factoring;
- a sociedade de investimento;
- a sociedade de participação;
- a caixa de financiamento de corporações.

1.5.2.7 Concessão de Crédito pelas OSCIP

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, pessoa jurídica de direito privado que estão autorizadas a conceder créditos.

1.5.2.8 Outras Atividades de Concessão de Crédito

As atividades de organismos atuando em quaisquer outras formas de concessão de crédito, não especificadas anteriormente.

1.6 Outras Atividades de Intermediação Financeira, não especificadas anteriormente

1.6.1 Fundos de Investimento

As atividades de intermediação financeira envolvendo a distribuição de fundos, obtida por subscrição de cotas segundo regras contratuais, através da aplicação em títulos e valores mobiliários, destacando-se:

- os fundos de renda fixa;
- os fundos de commodities;
- os fundos de aplicações financeiras;
- o Fundo de Investimento Financeiro – FIF, fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento financeiro – FAQFIF, os fundos mútuos de investimentos em ações e outros (de origem nacional ou estrangeira).

Também compreende:

- os fundos de investimentos previdenciários;
- os Fundos de Aposentadoria Programada Individual – FAPI, administrados por Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – DTVM;
- o Programa Gerador de Benefícios Livre – PGBL, com caráter previdenciário administrado por instituições financeiras.

1.6.1.1 Fundos de Investimento – Exceto Previdenciários

As atividades de intermediação financeira envolvendo a distribuição de fundos, obtidas por subscrição de cotas segundo regras contratuais, através da aplicação em títulos e valores mobiliários, destacando-se:

- os fundos de renda fixa;
- os fundos de commodities;
- os fundos de aplicações financeiras;
- os Fundos de Investimento Financeiro – FIF, os fundos de investimento em cotas de fundos de investimento financeiro – FAQFIF, os fundos mútuos de investimento em ações e outros (de origem nacional ou estrangeira).

1.6.1.2 Fundos de Investimento Previdenciários

Os fundos de investimento previdenciários:

- os Fundos de Aposentadoria Programada Individual – FAPI, administrado por Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – DTVM;
- o Programa Gerador de Benefício Livre – PGBL, com caráter previdenciário administrado por instituições financeiras.

1.6.2 Sociedades de Capitalização

As atividades de intermediação financeira envolvendo a aplicação em títulos e valores mobiliários e/ou imobiliários de fundos obtidos por venda de títulos de sua emissão, que dão ao adquirente o direito ao recebimento de uma renda num prazo determinado contratualmente ou seu adiamento através de sorteio.

1.6.3 Gestão de Ativos Intangíveis Não-Financeiros

As atividades de compra e venda e leasing de ativos intangíveis não-financeiros – exceto direitos autorais:

- a compra e venda e leasing de marcas e patentes;
- a venda e licenciamento de franchising.

Também compreende:

- a gestão de direitos autorais de obras cinematográficas e audiovisuais;
- a gestão de direitos autorais de obras artísticas, literárias e musicais.

1.6.3.1 Licenciamento, Compra e Venda e Leasing de Ativos Intangíveis Não-Financeiros – Exceto Direitos Autorais

- as atividades de compra e venda e leasing de marcas e patentes;
- a venda e o licenciamento de franchising.

Esta atividade não compreende a gestão de direitos autorais de obras artísticas, literárias, musicais e de obras cinematográficas audiovisuais.

1.6.3.2 Gestão de Direitos Autorais

- A gestão de direitos autorais de obras artísticas, literárias e musicais;
- A gestão de direitos autorais de obras cinematográficas e audiovisuais.

1.6.4 Outras Atividades de Intermediação Financeira, Não Especificadas Anteriormente

1.6.4.1 Os Clubes de Investimento

As atividades das instituições constituídas por um numero limitado de pessoas físicas, com recursos dos investidores, que são aplicados em carteira diferenciada de ativos financeiros. São registrados nas bolsas de valores de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

1.6.4.2 As Sociedades de Investimento

As atividades de condomínios constituídos por pessoas físicas para a aplicação de recursos comuns em títulos e valores mobiliários. Seu funcionamento depende de autorização da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e sua carteira de investimentos deve ser administrada por banco de investimento, corretora ou distribuidora constituída no Brasil.

1.6.4.3 As Sociedades de Participação

As atividades de administração de participações em outras sociedades, sem as características de gestão ou intervenção na condução dos negócios.

1.6.4.4 Holdings de Instituições Financeiras

As atividades de entidades econômicas concentracionistas que tem como objeto principal a participação em atividades econômicas exclusivamente ou predominantemente de instituições financeiras, exercendo o controle (controladoras) sobre as sociedades ou delas participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital (investidora) numa relação de dominação com as suas controladas, que serão suas subsidiárias.

1.6.4.5 Gestão de Fundos para Fins Diversos (culturais, beneficentes, etc.) – exceto investimentos.

1.6.4.6 Fundo Garantidor de Crédito – FGC

Atividade de garantia de créditos para as instituições participantes do Sistema Financeiro Nacional para os casos de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência, ou reconhecimento, pelo Banco Central, do estado de insolvência da instituição participante.

1.6.4.7 Outras Atividades de Intermediação Financeira, Não Especificadas Anteriormente.

2. SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

As atividades de criação e gestão de fundos para todos os tipos de seguros (vida e não-vida) e de fundos privados para aposentadoria (previdência complementar). Em ambos os casos, envolvem a coleta e a aplicação dos fundos. Estas atividades incluem planos de cobertura de risco de curto e longo prazos, com ou sem componentes de poupança. A atividade de seguro consiste na assunção e gestão de riscos pelas empresas de seguros, com os riscos e condições de aceitação especificados em um contrato (apólice de seguros). As atividades de seguros e previdência complementar têm como pressuposto a transformação de riscos individuais em riscos coletivos. Também compreende os planos de saúde fora do âmbito das seguradoras.

Esta atividade não compreende a previdência social obrigatória.

2.1 Seguros de vida e não vida

2.1.1 Seguro de Vida

Os planos de seguro que, com base na duração da vida humana, visem a garantir a segurados ou terceiros pagamento, dentro de determinado prazo e condições, de quantia certa, renda ou outro benefício. Também compreende os planos de auxílio-funeral.

2.1.1.1 Seguro de Vida

Os planos de seguro que, com base na duração da vida humana, visem garantir, a segurados ou terceiros pagamento, dentro de determinado prazo e condições, de quantia certa, renda ou outro benefício.

2.1.1.2 Planos de Auxílio Funeral

2.1.2 Seguros Não-Vida

Os seguro-saúde, isto é, planos de seguros que garantem aos segurados a cobertura de despesas médico-hospitalares. A seguradora poderá pagar diretamente aos profissionais e organizações médico-hospitalares credenciados que prestam os serviços, ou efetuar o reembolso ao próprio segurado. São operados por companhias seguradoras.

Os seguros de ramos elementares, que são os que visam a garantir a cobertura total ou parcial de perdas e danos, ou responsabilidades provenientes de riscos de fogo, transporte, acidentes pessoais e outros eventos que possam ocorrer afetando pessoas, coisas e bens, responsabilidades, obrigações, garantias e direitos. Também compreende o prolongamento do período de garantia contra defeitos de fabricação, usualmente dado na aquisição de veículos e diversos equipamentos.

Esta atividade não compreende os seguros de vida e os planos de saúde.

2.1.2.1 Seguro Saúde

O seguro saúde, isto é, planos de seguro que garantem aos segurados a cobertura de despesas médico-hospitalares. A seguradora poderá pagar diretamente aos profissionais e organizações médico-hospitalares credenciados que prestam os serviços, ou efetuar o reembolso ao próprio segurado. São operados por companhias seguradoras.

2.1.2.2 Outros Seguros Não-Vida

Os seguros de ramos elementares, que são os que visam a garantir a cobertura total ou parcial de perdas e danos, ou responsabilidades provenientes de riscos de fogo, transporte, acidentes pessoais e outros eventos que possam ocorrer afetando pessoas, coisas e bens, responsabilidades, obrigações, garantias e direitos.

2.1.3 Resseguros

As atividades de entidades especializadas em resseguro, ou seja, a cobertura do excedente de capacidade de retenção das seguradoras autorizadas a operar nos ramos de seguro de vida e não-vida.

2.2 Previdência Complementar

2.2.1 Previdência Complementar Fechada

A atividade de previdência complementar exercida por entidade privada com a finalidade de instituir planos privados de concessão de benefícios complementares ou assemelhados ao da previdência social, acessíveis aos empregados ou dirigentes de uma empresa ou grupo de empresas, as quais, para efeitos do regulamento que as rege, são denominadas patrocinadoras. Esta atividade não compreende o financiamento e administração de programas de seguridade social obrigatória.

2.2.2 Previdência Complementar Aberta

A atividade de previdência complementar exercida por entidade constituída com finalidade única de instituir planos de pecúlio e/ou rendas, mediante contribuição regular de seus participantes, organizando-se sob a forma de sociedade anônima, ou de entidade sem fins lucrativos, na qual os resultados da entidade são levados ao patrimônio da mesma.

Esta atividade não compreende a atividade de previdência complementar exercida por entidade constituída com finalidade única de instituir planos de pecúlio e/ou rendas, mediante contribuição regular de seus participantes, organizando-se sob a forma de sociedade anônima, ou de entidade sem fins lucrativos, na qual os resultados da entidade são levados ao patrimônio da mesma.

2.3 Plano de Saúde

Os planos com cobertura de riscos, parcial ou total, na área de assistência à saúde (médico-hospitalar e odontológica) comercializados pelas empresas de Medicina de Grupo, Cooperativas Médicas, Sistemas de Autogestão e Empresas de Administração. Esta atividade não compreende o seguro-saúde no âmbito das Companhias de Seguros.

3. ATIVIDADES AUXILIARES DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Compreende os serviços estritamente vinculados às atividades de intermediação financeira, dos seguros e da previdência complementar, sem que se constituam por si mesmos uma intermediação financeira ou uma operação de seguro.

3.1 Atividades Auxiliares da Intermediação Financeira

3.1.1 Administração de Mercados Bursáteis

- A bolsa de valores: as atividades de organização e gestão de um mercado contínuo para negociação de títulos e valores mobiliários. São exercidas por entidades constituídas pela associação das sociedades corretoras locais na forma de associações civis sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.
- As atividades de operação e supervisão de Bolsas de mercadorias por instituições independentes das autoridades públicas.
- As atividades de operação e supervisão de Bolsas de Mercadorias e Futuros por instituições independentes das autoridades públicas.
- As atividades de administração de mercados de balcão organizados.

3.1.1.1 Bolsa de Valores

As atividades de organização e gestão de um mercado contínuo para negociação de títulos e valores mobiliários. São exercidas por entidades constituídas pela associação das sociedades corretoras locais na forma de associações civis sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

3.1.1.2 Bolsa de Mercadorias

As atividades de operação e supervisão de Bolsas de Mercadorias por instituições independentes das autoridades públicas.

3.1.1.3 Bolsa de Mercadorias e Futuros

As atividades de operação e supervisão de Bolsas de Mercadorias e Futuros por instituições independentes das autoridades públicas.

3.1.1.4 Administração de Mercados de Balcão Organizados

As atividades de administração de mercados de balcão organizados.

3.1.2 Atividades de Intermediários em Transações de Títulos e Valores Mobiliários

- As atividades das instituições que atuam na compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários. São típicas do mercado acionário, operando com exclusividade em negociações, à vista e a termo, por conta de terceiros, no recinto da Bolsa de Valores, e em caráter não-exclusivo, no mercado aberto e no balcão. Deve constar em sua razão social a expressão “Corretora de Títulos de Valores Mobiliários”.
- As atividades de intermediação em operações de cambio e a prática de operações no mercado de cambio de taxas flutuantes realizadas por sociedades corretoras de câmbio.
- As atividades das corretoras de contratos de mercadorias.

- A administração de carteira de títulos e valores por conta de terceiros (gestão de carteiras particulares de fundos de investimento).
- O agenciamento de investimentos em aplicações financeiras – as atividades de distribuição e intermediação de títulos, valores mobiliários, quotas de fundos de investimento e derivativos sob a responsabilidade e como preposto das instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. São atividades exercidas por pessoa natural ou jurídica uniprofissional (Agente Autônomo de Investimento).

3.1.2.1 Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários

As atividades das instituições que atuam na compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários. São típicas do mercado acionário, operando com exclusividade em negociações, à vista e a termo, por conta de terceiros, no recinto da Bolsa de Valores, e em caráter não exclusivo, no Mercado Aberto e no balcão. Deve constar em sua razão social a expressão “Corretora de Títulos de Valores Mobiliários”.

Esta atividade não compreende as atividades das corretoras de contratos de mercadorias.

3.1.2.2 Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários

As atividades das instituições especializadas na distribuição de Títulos e Valores Mobiliários no mercado. Não têm acesso às bolsas de valores. Deve constar em sua razão social a expressão “Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários”.

Esta atividade não compreende as atividades das corretoras de contratos de mercadorias.

3.1.2.3 Corretoras de Câmbio

3.1.2.4 Corretoras de Contratos de Mercadorias

As atividades das corretoras de contratos de mercadorias.

3.1.2.5 Administração de Carteiras de Títulos e Valores para Terceiros

A administração de distribuição e intermediação de títulos, valores mobiliários, quotas de fundos de investimento e derivativos sob a responsabilidade e como preposto das instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. São atividades exercidas por pessoas natural ou jurídica uniprofissional (Agente Autônomo de Investimento).

3.1.2.6 Agenciamento de Investimentos em Aplicações Financeiras

Os serviços de liquidação e custódia, que são serviços de compensação bancária realizados por organismos tipo:

- o serviço Especial de Liquidação e Custódia – SELIC;
- a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP;
- a câmara Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC;
- as atividades das caixas de liquidação de mercados bursáteis.

3.1.3 Outras Atividades Auxiliares da Intermediação Financeira, Não Especificadas Anteriormente, tais como:

- os corretores hipotecários;
- as casas de câmbio;
- os serviços de consultoria em investimento financeiros;
- os serviços de intermediação na obtenção de empréstimos.

Também compreende:

- as atividades dos correspondentes de instituições financeiras, que são as atividades de recebimento de depósito e pagamentos de títulos sob contrato de instituições financeiras;
- as atividades das representações de bancos estrangeiros, tais como contratos comerciais e transmissão de informações de interesse da matriz ou de filiais no exterior;
- as atividades de operação da rede de auto-atendimento bancário (Bancos 24 horas).

Esta atividade não compreende:

- Os corretores de seguros e de planos de previdência complementar e de saúde;
- As atividades de auditoria e consultoria atuarial.

3.1.3.1 Serviços de Liquidação e Custódia

Os serviços de compensação bancária realizados por organismos tipo:

- o Serviço Especial de Liquidação e Custódia – SELIC;
- a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP;
- a Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC.

3.1.3.2 Caixas de Liquidação de Mercados Bursáteis

As atividades das caixas de liquidação de mercados bursáteis (de ações).

3.1.3.3 Correspondentes de Instituições Financeiras

As atividades de recebimento de depósitos e pagamentos de títulos sob contrato de instituições financeiras.

3.1.3.4 Representações de Bancos Estrangeiros

As atividades das representações de bancos estrangeiros, tais como: contratos comerciais e transmissão de informações de interesse da matriz ou de filiais no exterior.

3.1.3.5 Caixas Eletrônicas

As atividades de operação da rede de auto-atendimento bancário (Banco 24 horas).

3.1.3.6 Outras Atividades Auxiliares da Intermediação Financeira Não Especificadas Anteriormente

Outras atividades auxiliares da intermediação financeira, tais como:

- os corretores hipotecários;
- as casas de câmbio;
- os serviços de consultoria em investimentos financeiros;
- os serviços de intermediação na obtenção de empréstimos.

Esta atividade não compreende:

- Os corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde;
- As atividades de auditoria e consultoria atuarial.

3.2 Atividades Auxiliares dos Seguros e Previdência Complementar

As atividades das sociedades e agentes autônomos estreitamente vinculados às atividades de seguros e previdência complementar, sem exercerem diretamente sua gestão, tais como:

- os corretores e os agentes de seguros e de planos de previdência complementar e saúde;
- os peritos e os avaliadores de seguros (encarregados da avaliação de prejuízos ou riscos);
- as atividades de auditoria e consultoria atuarial de empresas de seguros;
- a administração de objetos recuperados;
- os serviços de assistência a seguros em questão de seguros em geral.

Esta atividade não compreende as atividades de salvamento de embarcações e cargas.

3.2.1 Corretores e Agentes de Seguros e de Planos de Previdência Complementar e de Saúde

As atividades dos agentes e corretores de seguros e de planos de previdência complementar e saúde.

3.2.2 Peritos e Avaliadores de Seguros

As atividades de peritos e avaliadores de seguros (encarregados da avaliação de prejuízos ou riscos).

3.2.3 Auditoria e Consultoria Atuarial

As atividades de auditoria e consultoria atuarial de empresas de seguros.

3.2.4 Clube de Seguros

Código a ser extinto. Resolução da Concla com errata em andamento.

3.2.5 Outras Atividades Auxiliares dos Seguros e da Previdência Complementar, Não Especificadas Anteriormente

- Os serviços de assistência a segurados em questão de seguros em geral;
- A administração de objetos recuperados;
- Outras atividades dos seguros e da previdência privada, não especificadas anteriormente.

Esta atividade não compreende as atividades de salvamento de embarcações e cargas.